

---

## 010ª SESSÃO ORDINÁRIA – 24FEV2014

(Texto com revisão final.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no período de 17 a 21 de fevereiro de 2014.

O Ver. Pedro Ruas solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares para viagem a São Paulo, para acompanhar o lançamento da chapa do PSOL, Randolfe e Luciana, no dia 24 de fevereiro 2014. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**O SR. AIRTO FERRONATO (Requerimento):** Sr. Presidente. Nós temos uma notícia em Porto Alegre, aqui na Câmara, que eu reputo de alto interesse e importância, que é o Processo 408/14, PLCE nº 001/14, que está propondo a significativa ampliação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. O projeto está na Casa e é preciso urgência nesse projeto por uma série de questões que explicaremos no momento oportuno. Assim, nós estamos solicitando que o PLCE nº 001/14 esteja na pauta da próxima quarta-feira. Já conversei com o nosso Diretor, Luiz Afonso, que, na quarta-feira, se faça, além dessa pauta, uma sessão especial para uma segunda pauta, e que se insira, na Reunião Conjunta das Comissões de quarta-feira, a discussão e votação do parecer deste projeto também. Portanto, estou encaminhando o Requerimento solicitando regime de urgência para o PLCE nº 001/14.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Pois não, Vereador. Acho que todos os Vereadores já sabem da importância desse projeto. Hoje mesmo a imprensa estava nos cobrando, pois estava aqui Câmara e queria notícias. Inclusive, eu falei que esse processo esteve oito meses no Executivo, e agora, só deixem que a Câmara tenha o seu processo de maturação, mas a Câmara sabe decidir muito bem.

---

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Meu caro Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, o projeto que está na Câmara trata da construção de obra ali no Hospital de Clínicas. Para se ter uma ideia da dimensão do projeto: emergência, hoje o hospital conta com 1.700 metros quadrados, com a obra, passará a ter 5.159 metros quadrados; bloco cirúrgico, hoje há 28 salas, com a obra, passará a 41 salas; centro de tratamento intensivo, de 54 leitos passa para 110 leitos; hemodinâmica, de 3 para 4 salas; recuperação pós-anestesia, de 22 leitos para 150; e assim uma série de outras grandes ampliações no hospital. Acontece que a obra custa em torno de R\$ 400 milhões. Já tem projeto aprovado na Prefeitura, há os recursos destinados para Porto Alegre, e nós temos também, meu caro Ver. Paulinho, a licitação já concluída. Então, o que é necessário? É necessária uma urgência na aprovação do projeto, que é a última, vamos dizer assim, do trâmite que tínhamos em todo o processo, até para garantir que essa licitação aprovada seja assegurada e que as obras sejam iniciadas. Portanto, nós acreditamos na grande importância que tem para Porto Alegre, pois vai, praticamente, mais do que duplicar a capacidade do Hospital de Clínicas, que é uma referência em termos de hospitais de universidades no País e também até na América Latina. Portanto, é preciso essa aceleração para que se possa, imediatamente, começar as obras ali do hospital. Nós compreendemos a importância de nós acelerarmos esse processo, com todas as discussões que compreendermos necessárias, para que nós, num prazo bastante curto de tempo, aprovemos esse projeto e viabilizemos o início das obras no nosso Hospital de Clínicas da cidade de Porto Alegre, que, repito, é uma referência para o Estado e para o País. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato.

---

**O SR. DR. THIAGO:** Ilustre Presidente, caros colegas Vereadores, eu quero saudar a direção do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que tem sido muito feliz, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, na sua administração, a administração do Dr. Amarilio, que realmente tem dado grande contribuição a esta Cidade no que se refere à saúde pública, a atendimento de urgência e emergência, Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger. Nós estivemos lá, no ano passado, quando fizemos as visitas às emergências, que iniciamos agora e que vamos continuar fazendo. Nós estivemos lá e pudemos ver todas as linhas de cuidado que o Hospital de Clínicas tem no atendimento aos pacientes. Quero louvar essa ampliação. Acho que ela é muito importante para a Cidade, na medida em que os outros hospitais têm um gargalo de estrangulamento no seu atendimento, o HPS, o HPV, como nós temos visto nas visitas que temos executado pela Cidade, têm a dificuldade no atendimento, e lá o Hospital de Clínicas consegue trabalhar a pleno nas suas instalações, inclusive procurando ter ampliações para melhor atender a população. E quero dizer, Ver. Airto Ferronato, que esta Casa certamente não vai fugir dessa responsabilidade, e esse projeto, Ver. Professor Garcia, que entrou na Casa no dia 18 de fevereiro de 2014... é importante deixar isso claro, porque o projeto é importante – quero saudar o Executivo Municipal, porque é um projeto importante, mas dizer que esse projeto entrou para a Casa no dia 18 de fevereiro de 2014, e esta Casa, como todos os outros assuntos da saúde, trata com muita responsabilidade, de forma republicana, e certamente faz avançar, com fez, Ver. Cláudio Janta, no caso de mais de uma centena de técnicos de enfermagem que esta Casa aprovou no ano passado, em tempo recorde.

Em menos de três semanas, esta Casa conseguiu aprovar a criação, por concurso, de mais de uma centena de cargos de técnico de enfermagem. Então, certamente esta mesma Casa não vai se furtar a essa discussão e vai, sem dúvida nenhuma, fazer com que esse projeto, que é um projeto para a Cidade, que é um projeto para o Estado, de ampliação do Hospital de Clínicas, realmente ocorra. E sempre lembrando que ela nunca fugiu do seu compromisso! E, mesmo um projeto entrando neste Legislativo em fevereiro, certamente ainda em fevereiro ou no início de março, este Legislativo vai dar a sua sinalização no sentido da aprovação desse projeto. E, neste momento, eu encaminho em nome da Bancada do PDT, dizendo que ela é solidária com o projeto, sensível às causas da saúde e trabalha, sem dúvida nenhuma, em conjunto com os bons gestores públicos

---

da saúde do Município de Porto Alegre, como é o exemplo do Dr. Amarílio, Diretor-Presidente do Hospital de Clínicas.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Aírto Ferronato.

**O SRA. SOFIA CAVEDON:** Vereador Professor Garcia, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero aqui encaminhar em nome da nossa Bancada, dos Vereadores Eng<sup>o</sup> Comassetto, Kopittke, Sgarbossa e Mauro Pinheiro. Nós entendemos que um assunto delicado e importante para a Cidade e para a saúde dos gaúchos deve ser tratado com toda celeridade nesta Casa, Ver. Aírto. Eu não vi no detalhe ainda o processo, mas, pelo que conversamos com a direção do Hospital de Clínicas, nós estranhamos que o Governo tenha mandado para cá, porque não existe, aparentemente, alteração de Plano Diretor. Há projetos muito mais graves que o Governo encaminha como projetos especiais, que têm impacto importante na Cidade, e por que cargas d'água o Governo encaminha para esta Casa e procrastina? Nós queremos entender! Porque há um impacto na questão ambiental, é verdade! A providência que nós tomamos e encaminhamos é que a direção do Hospital de Clínicas vai receber os órgãos ambientais para conversar, na quinta-feira pela manhã, para abrir o projeto. O projeto é muito interessante, é muito impactante, tem dois andares de estacionamentos subterrâneos, resolve muito o acesso das ambulâncias do Interior, amplia o hospital-dia, aquele atendimento-dia, no qual o paciente vai embora, amplia ambulatório, emergências, uma série de serviços fundamentais, moderniza o Hospital de Clínicas e tem um tratamento para as árvores que deve ser melhor discutido, mas que tem um bom processo de diálogo, Ver. Professor Garcia. Então, quero concordar com V. Exa., no sentido de que é um absurdo o Governo ficar um ano procrastinando, estranhamente.

Recebi, agora, um material para avaliar por que a Epahc questiona ainda algumas coisas, mas, se tem que adequar, tenho certeza de que o Hospital de Clínicas deve adequar, e, Ver. Aírto, entendemos que poderia ter sido aplainado na reunião de Mesa e Lideranças; creio que não deu tempo, na quinta-feira, foi por isso.

---

A nossa Bancada é a favor de votar com celeridade. E, se possível, é sugestão do meu Líder, Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto, que o Hospital de Clínicas já possa vir a apresentar o projeto aqui na Casa, nesta semana mesmo, organizando um horário para isso. Acho que há bastantes elementos para apresentar à Câmara. Nós temos que, de fato, tratar com prioridade essa área e, se tiver complexidade nas mudanças no projeto, podemos ter uma assessoria rápida dos assessores das Bancadas.

Então, a nossa Bancada estudará com presteza, dá acordo para a urgência e ofertará sugestões, se forem necessárias, para a melhoria do projeto. Nesta Casa, projetos como este, que não é especulação imobiliária, que não é ampliação de avenida onde não precisa, que não é corte de árvores para colocar mais automóveis nas ruas, que não é projeto sem contrapartida social – isso é pura contrapartida social, que impacta o Estado inteiro. Este tipo de projeto tem que ter um olhar célere e cuidadoso da nossa Câmara, e a Bancada do Partido dos Trabalhadores assim se portará.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.

**O SR. DR. THIAGO:** Professor Garcia, eu queria convidar os colegas – nós estamos contatando a Direção do Hospital de Clínicas – que tiverem interesse, Ver.<sup>a</sup> Sofia, dentro da sua proposta, de que o projeto vai ser apresentado amanhã, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Então, eu só vou receber a confirmação agora da Diretora, Dra. Tanira, e aí já confirmo essa agenda, Presidente, para disponibilizar ao conjunto dos colegas.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Obrigado, Vereador. Inclusive, o próprio Requerimento da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon também, nada impede... Não nesta quinta porque virá o Cappellari, mas, na outra quinta, podemos deixar o espaço de Comparecimento para o Hospital de Clínicas discutir esse assunto com a totalidade dos Vereadores.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Meu caro Vereador, eu concordo, acho que é interessante o encaminhamento. Agora, como diz a própria Vereadora, e era isso que eu ia dizer, não impede...

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Não, não. Amanhã e depois. É isso aí.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Votamos hoje, fazemos quarta e na outra semana vem o Hospital de Clínicas expor. Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Isso.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é um prazer estar de volta a esta tribuna e num momento em que o Governo acelera a votação de um projeto que eu acredito seja um dos mais importantes deste mês nesta Casa. A saúde, no Brasil inteiro, está na UTI; e na nossa Cidade mais ainda. A saúde na nossa Cidade, a cada dia, tem se mostrado numa situação difícil em virtude de administração, de gestão no Município, em virtude de falta de repasses que o Governo do Estado e a União deveriam fazer e não fazem – várias vezes já viemos a esta tribuna alertar sobre isso. Agora, a duplicação de um hospital como o Hospital de Clínicas, penso que deve ser nossa prioridade neste mês. Acho que temos que nos debruçar sobre o tema, não medir esforços e agilizar o máximo nesse sentido – reuniões, audiências – e agilizar o máximo possível a tramitação deste projeto na Casa. Acho que nós, muitas vezes, temos essa perspicácia, muitas vezes temos essa rapidez, muitas vezes temos essa compreensão, como se viu aqui em novembro – se não me engano – para ampliar as áreas de *shopping centers*, de supermercados. Várias vezes, vimos esse tipo de procedimento, por exemplo, para ampliar o Centro Histórico, particularmente na área da Rua Duque de Caxias.

Penso que esta Casa, neste momento imprescindível para o povo de Porto Alegre, para o povo do Rio Grande do Sul, tem que agilizar o máximo que puder a votação deste projeto, que interessa a toda a população de Porto Alegre, porque a nossa saúde está na UTI e nós podemos começar com esse projeto a visualizar que essa saúde comece a ir para a CTI, comece a receber visita no quarto. Então esperamos que com força e fé esta Casa vote este projeto de interesse da população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para encaminhar o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Airto Ferronato, Líder do Governo, nós vimos, neste primeiro momento, para fazer o encaminhamento do seu Requerimento, para que o aprovemos com urgência e o coloquemos em uma reunião conjunta das Comissões. Aprofundaremos, no momento do debate, sem dúvida nenhuma, essa questão que diz respeito à saúde na cidade de Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul, em se tratando do Hospital de Clínicas. No entanto, nós não nos furtaremos, neste momento, de fazer algumas colocações. Primeiro, o significado do Hospital de Clínicas, que atende desde a atenção primária, como uma referência em saúde em Porto Alegre, até a alta complexidade. Mas vai além disso: o Hospital de Clínicas é um hospital de ensino, de pesquisa, é um hospital extremamente estratégico para formação e capacitação de equipes multiprofissionais para a estruturação do Sistema Único de Saúde dentro dos seus princípios. Quero ressaltar aqui o significado do Hospital de Clínicas da nossa Cidade. O Hospital de Clínicas é um próprio do Ministério da Educação, portanto esse seu papel de formador está diretamente ligado com o papel da assistência, porque se forma através da abertura da assistência, como eu já dizia, da atenção primária até alta complexidade. Essa obra vai ampliar 70% a capacidade do Hospital, e está emperrada há três meses por conta de uma análise urbanística, e agora, depois de um ano tramitando, é encaminhado para a Câmara para resolver, com urgência. Esta Câmara tem muita responsabilidade, e aqui há questões que envolvem o significado da ampliação, sim, do Hospital de Clínicas, e também de algumas que são ditas tanto por representantes do Município, quanto pela imprensa, que eu quero observar aqui aos Vereadores.

Primeiro, temos que deixar claro que não é possível a gestão do Município e a própria imprensa jogarem para a Câmara uma solução urgente. Isto faz parte de uma gestão que não deu as soluções em tempo hábil, que embromou e agora quer que a Câmara Municipal, o Poder Legislativo, resolva, com urgência. Não nos furtaremos, de maneira nenhuma, de resolver. Falo em nome do Ver. João Derly e em meu nome, da nossa Bancada, até porque sou da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, sou profissional de

---

saúde. Como funcionária da Medicina, trabalhei no momento da implantação do Hospital de Clínicas, como secretária do então Departamento de Medicina Preventiva, Saúde Pública e Medicina do Trabalho, como funcionária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Não nos furtaremos, porque há prioridades estratégicas e uma delas é a saúde. Talvez ao lado da mobilidade urbana na cidade de Porto Alegre, a mais estratégica é podermos enfrentar o caos que está a saúde na Cidade de Porto Alegre e faremos este debate com muita atenção, procurando contribuir. Ver. Ferronato, lendo a reportagem, a Dra. Ana Pellini, Secretária de Licenciamento de Projetos Estratégicos do Município, disse que foi pedida urgência; o próprio Vice-Prefeito, Sebastião Melo, veio falar pessoalmente com a Mesa da Câmara. Estão sendo feitos movimentos (Lê.): “Nós mesmos – diz a Secretária – estamos explicando aos Vereadores a situação. Estamos fazendo todos os esforços para que isso flua rapidamente”. A Câmara não se furtará de fazer fluir com qualidade e com atenção, rapidamente, mas eu aqui gostaria de dizer que quem não fez fluir rapidamente foi o Município, foi a gestão municipal. Evidentemente, é um poder independente, mas espera-se que isso seja votado logo para podermos tocar esse projeto. Somos um poder independente, não nos furtaremos da nossa responsabilidade, mas não deixaremos de dizer que a Prefeitura embromou muito a gestão para enviar e querer urgência do projeto na Câmara.

E, por fim, gostaria de também de fazer uma análise do que disse a jornalista Rosane Oliveira, de que a Câmara ficou com a responsabilidade de dar uma solução definitiva, e se a maioria dos Vereadores achar que não pode autorizar, eles não mais poderão cobrar a melhoria da qualidade do atendimento em saúde em Porto Alegre! Fala sobre a falta de leitos no Hospital de Clínicas e outras notícias recorrentes. Eu quero dizer, com toda a responsabilidade de quem está atuando na saúde há mais de 40 anos, de quem há 30 anos criou a Comissão de Saúde nesta Casa, que está na Comissão de Saúde, que está atuando exatamente para reverter a lógica danosa que está ocorrendo tanto em relação aos usuários quanto aos trabalhadores. Não nos furtaremos, mas não admitiremos que seja jogado no colo da Câmara, e que a imprensa diga que não podemos mais cobrar. Nós fazemos a nossa parte e continuaremos fazendo: cobrar para que haja saúde de qualidade, SUS de qualidade na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. DR. THIAGO:** Obtive, agora, a confirmação da Vice-Diretora-Geral do Hospital de Clínicas: amanhã, às 9h30min, apresentação do projeto técnico na Comissão de Saúde e Meio Ambiente.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Feito o registro.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos ao

## **GRANDE EXPEDIENTE**

O Ver. Roni Casa da Sopa está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Elizandro Sabino.

**O SR. RONI CASA DA SOPA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, boa-tarde a todos. Na verdade, eu estou feliz hoje por ter subido a esta tribuna. É a terceira vez que estou assumindo na nossa Câmara pelo fato de ter ficado de suplente do meu Partido. Ficarei até quarta-feira. Gostaria de colocar a todos a felicidade, o prazer de estar aqui, e agradecer a todos pela recepção que tive todas as vezes que a esta Casa cheguei. Quero também dizer do meu contentamento, Sr. Presidente, pois, em 1976, eu vim de Boqueirão do Leão, interior de Lajeado, para a grande cidade. Meu primeiro trabalho foi numa empresa de ônibus, a Sentinela, onde fiquei por 18 anos trabalhando como tesoureiro. Aprendi muito lá. Nos anos seguintes, em 1991, fui para a Restinga, onde também, Ver. Brasinha, fiquei por 21 anos lá na empresa Restinga e fiz muitos trabalhos junto àquela comunidade. Quero mandar um abraço a todos lá porque, graças à comunidade da Restinga e, claro, de toda a Grande Porto Alegre, hoje estou aqui.

Começamos um trabalho em 1999, numa situação que tinha no comando a Tia Eva, uma senhora que levava comida às pessoas necessitadas. Ela fazia uma sopa debaixo de uma árvore. O Márcio Bins Ely é um grande parceiro, estive lá conosco – não é, Márcio? – e

pode enriquecer o nosso trabalho. Tem muitos aqui; todos, aliás, participaram junto conosco lá, Márcio.

**O Sr. Márcio Bins Ely:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu também quero aqui cumprimentar Vossa Excelência. É uma alegria ver o senhor – um batalhador lá da nossa Restinga, sempre altivo, sempre à frente das iniciativas para o nosso povo humilde – aqui na tribuna da Câmara, responsável por um mandato que lhe foi conferido pela confiança do povo, em especial do lá Extremo-Sul de Porto Alegre. Também faço aqui uma referência à nossa querida Tia Eva – no início dos anos 2000, tivemos aquele trabalho em parceria com o Lar Santo Antônio dos Excepcionais, o início dos trabalhos da Casa da Sopa. O nosso abraço e o nosso reconhecimento! Um abraço a ti e que Deus ilumine a tua caminhada! Muito obrigado.

**O SR. RONI CASA DA SOPA:** Muito obrigado.

**O Sr. Alceu Brasinha:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Roni, é com muita alegria que venho aqui pedir um aparte, porque tenho uma admiração muito grande pelo teu trabalho, pela tua história, que começou quando tu trabalhavas na Sentinela e continuou, depois, na Restinga, com o nosso amigo João, que é um verdadeiro batalhador no transporte.

**O SR. RONI CASA DA SOPA:** Grande parceiro.

**O Sr. Alceu Brasinha:** Roni, tu estás de parabéns! Mais ainda, tu estás estreando num Grande Expediente, que dá a oportunidade de falar bastante. Então, parabéns pelo teu trabalho. Continua trabalhando, porque o teu trabalho é bonito, é um trabalho dedicado à comunidade, dedicado às pessoas que precisam. Como diz o Zambiasi: “O Roni da Casa da Sopa, esse é irmão!” E é irmão de verdade! O único defeito que V. Exa. tem, e sempre vou discordar, é ser colorado.

**O SR. RONI CASA DA SOPA:** É isso aí mesmo! Obrigado.

---

**O Sr. Elizandro Sabino:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Roni, também me associo aos demais colegas e parablenizo V. Exa. por estar conosco em mais uma oportunidade assumindo o seu mandato, que obteve com uma expressiva votação na última vez que enfrentamos o desafio das urnas. V. Exa. honra o nosso Partido Trabalhista Brasileiro com uma história ilibada, homem conceituado e reconhecido não somente na sua região, mas na cidade de Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul, pelo trabalho que desenvolve. Portanto, quero também me associar aqui às parabenizações deste Grande Expediente e desejar a V. Exa um profícuo trabalho em prol da sociedade porto-alegrense. Tudo de bom!

**O SR. RONI CASA DA SOPA:** Muito obrigado.

**O Sr. Paulo Brum:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Querido amigo Ver. Roni, é um prazer imenso ter a sua participação junto à Bancada do PTB aqui nesta Casa. Portanto, em nome dos nossos colegas Vereadores, queremos dar as boas vindas e temos certeza de que este é apenas um *test drive* que o senhor está fazendo aqui nesta Câmara, pelo seu trabalho, pela sua história. Esse trabalho que o senhor vem desenvolvendo na comunidade da Restinga é essencial. Ninguém chega aqui por acaso, e os seus votos dão a definição da sua luta e da sua história. Portanto, nós, da Bancada do PTB, estamos honrados com a sua participação e temos certeza de que muitos trabalhos faremos em prol da comunidade de Porto Alegre. Seja bem-vindo, amigo!

**O SR. RONI CASA DA SOPA:** Valeu, obrigado.

**O Sr. Tarciso Flecha Negra:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Parabéns, Roni! Eu acompanho o teu trabalho lá na Restinga desde antes de eu ser Vereador. Quantas vezes estivemos lá fazendo jogos solidários! A sopa, esse trabalho maravilhoso que tu fazes lá. Eu presencio, estive lá, vi, entrei. Que coisa maravilhosa aquelas pessoas sorrindo com a sua sopinha, buscando a sua sopa! Então, Roni, esse é o trabalho que o nosso Brasil precisa, que é solidário e social. Parabéns, continua nesse caminho e terás o troco do Papai do Céu. Obrigado.

**O Sr. Engº Comassetto:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Prezado Roni, em nome da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, venho dar as boas vindas. Continue o trabalho que o senhor vem desenvolvendo. Particularmente, o conheci há mais de 20 anos nas atividades comunitárias, pois atuamos juntos na mesma comunidade, na mesma região, lá na Restinga, Extremo-Sul. Então, conheço de cor e salteado o seu trabalho e a sua idoneidade. Venho aqui trazer um abraço e desejar que seja muito bem-vindo a esta Casa. Muito obrigado.

**O SR. RONI CASA DA SOPA:** Obrigado.

**O Sr. Kevin Krieger:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Meu caro amigo Roni, em nome do Partido Progressista, dos Vereadores Villela, Nedel e da nossa Líder da Bancada, Mônica, quero te dar as boas vindas também em nome da parceria que sempre tivemos na área social, alguns projetos, programas e serviços que executamos juntos, com a parceria da Casa da Sopa, das cozinhas comunitárias. Quero te parabenizar e que a gente possa contar sempre com a tua presença nesta Câmara. Obrigado.

**O SR. RONI CASA DA SOPA:** Muito obrigado.

**A Sra. Lourdes Sprenger:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Roni, em nome da nossa Bancada do PMDB, queremos cumprimentá-lo por esse trabalho comunitário desenvolvido ao longo dos anos e pelo seu ingresso aqui na Câmara Municipal. Que possa realizar os seus projetos e que tenha a aprovação do plenário.

**O SR. RONI CASA DA SOPA:** Muito obrigado. Depois de ouvir todas essas palavras, ainda tem pessoas aqui dentro da Câmara que foram grandes parceiros junto a esse trabalho lá na Restinga. E não só lá na Restinga, nós também levamos para outros locais. Tem até uma historinha. Todo ano, nós falamos na fila: pessoal, a semana que vem, não vai ter sopa aqui, nós vamos levar sopa para a vila tal, para a localidade tal. E aquele povo, que é o povo que estava lá com o seu baldinho, aguardando a hora, dizia: “É isso

---

aí, vamos ajudar também os outros! Nós precisamos, mas, quem sabe, lá precisam mais”. Então, isso aí nos dava cada vez mais força para que continuássemos esse trabalho.

**O Sr. Paulinho Motorista:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Roni, é um prazer encontrá-lo aqui novamente, já que somos amigos há anos. Quero dizer que eu e o Ver. Airto Ferronato, meu Líder da Bancada do PSB, estamos contentes em vê-lo aqui de novo, trabalhando junto a nós para a população de Porto Alegre. Quero também lhe fazer uma pergunta, Ver. Roni: estou ou não estou – já que o senhor era o chefe de tráfego da Restinga – com o ônibus atrasado neste momento?

**O SR. RONI CASA DA SOPA:** Não, está no horário, está no horário!

**O Sr. Paulinho Motorista:** Obrigado.

**O SR. RONI CASA DA SOPA:** Obrigado. É dessa forma, é esse convívio e essa amizade que nós temos, senhores, que muito nos gratifica e faz com que o nosso trabalho tenha seguimento, que é a recuperação de pessoas. Há senhoras, senhores, que estão lá, na fila, por não terem outro local para fornecer um alimento, e, depois, deixam os seus agradecimentos à Casa da Sopa – não ao Roni ou ao pessoal de lá, mas à Casa da Sopa. Eles nos dizem, agradecidos, que aquele prato de sopa lhes deu condições, ânimo, para que pudessem procurar um trabalho, e hoje estão lá, realizando um trabalho solidário junto conosco.

Com 21 anos de Restinga, e na Casa da Sopa, vários trabalhos foram realizados lá. A ACIR – Associação do Comércio e Indústria da Restinga, da qual tenho a honra de dizer que fui vice-presidente por duas vezes, conseguiu fazer o prédio da sede. O Ver. Pujol também realiza um grande trabalho junto à ACIR, enfim, todos têm, mas o prédio levou o nome do Pujol pelo trabalho e pela ajuda àquela comunidade.

Hoje, depois de tantos anos na Restinga, através da Casa da Sopa, temos o SECRASO – Sindicato das Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional, do qual do qual muito me orgulho de ser presidente, e serei até o ano de 2016. É Sindicato patronal que, também, através do trabalho na Restinga, ajuda

---

as comunidades mais carentes, os nossos associados, nossos filiados, com a intenção de trazer alguma melhoria a todos eles.

O SECRASO ainda fornece o curso de assistente social, para que possam ingressar nas nossas creches...

**O Sr. João Carlos Nedel:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Roni, eu quero, em meu nome e em nome da Bancada do Partido Progressista; do Ver. Kevin Krieger, nosso Presidente do Partido Municipal; da nossa Líder, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; e do grande Prefeito da nossa Cidade, Ver. Guilherme Socias Villela, dar-lhe um grande abraço e dizer que a Cidade agradece por esses benefícios que V. Exa. faz pela população carente. Meus cumprimentos! Tenha a certeza de que Deus vai lhe recompensar, porque ele pede que a gente transmita, transborde amor, e V. Exa., no seu trabalho na Casa da Sopa, e, anteriormente, na sua atividade, através da sua empresa e da sua dedicação pessoal, já ajudava outras entidades carentes – eu sou testemunha, porque sou Vereador há 17 anos e sempre o acompanhei nessa atividade. Lembro-me bem que, lá na Associação de Moradores do Barro Vermelho, V. Exa. já ajudava; assim como na creche localizada em frente, que V. Exa. também sempre ajudava.

A Câmara se sente honrada com a sua presença no nosso Parlamento. Tenho certeza de que a Cidade lhe agradece muito por esse bem que V. Exa. está fazendo. Parabéns!

**O SR. RONI CASA DA SOPA:** Muito obrigado, Ver. Nedel. Eu gostaria até de falar mais, mas quero agradecer a todos que, de uma forma ou de outra, me apoiam, me ajudam, porque sozinhos não vamos a lugar nenhum. Pessoal, muito obrigado pelo carinho e pelas palavras aqui ditas. Com certeza, o povo que nos assiste nas galerias e pela televisão também agradece a todos. Muito obrigado e até a próxima!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; inicialmente, vou tratar de dois assuntos, um deles é que,

---

em 11 de junho de 2012, fiz um requerimento para a constituição de uma comissão para tratarmos das questões de sinalização das ruas, os logradouros públicos de Porto Alegre. Esse requerimento foi aprovado no ano retrasado, e nós queremos instalar essa comissão. Qual é o nosso objetivo com essa comissão? Colaborarmos com o Executivo sobre as questões que dizem respeito à sinalização dos logradouros públicos em Porto Alegre. A maioria das ruas não tem placas, e nós queremos entender por quê. Esse é um dos assuntos. Ver. Aírto Ferronato, essa comissão foi constituída, aprovada com o objetivo de nós ajudarmos o Executivo e entendermos por que é que não se tem placas em Porto Alegre. Poucos logradouros estão sinalizados.

O outro assunto, senhoras e senhores, que eu quero pedir a atenção especial dos Vereadores, diz respeito a um projeto ainda de 2009, que trata dos monumentos em Porto Alegre. A Ver.<sup>a</sup> Sofia foi quem me acudiu quando fizemos uma audiência pública aqui, porque eu fui quase que massacrado, Prefeito Villela, pelos artistas que não entenderam e não estão entendendo, até hoje, este projeto. Este projeto pode ser modificado, pode ser emendado, o que nós não podemos é deixar, aceitar as obras de arte do jeito que estão postas em Porto Alegre. Não é contra este ou aquele artista, muito pelo contrário. Aqui eu mostro estas duas obras de arte: a Cubo Cor e a Olhos Atentos. (Mostra fotografias.) Pois eu vou levantar uma tese: se o Prefeito, em determinado momento, tivesse encaminhado, ou melhor, ele não poderia ter cedido essas áreas para a instalação dessas obras de arte. Todos nós sabemos que quando o Prefeito necessita dar outro destino a uma área pública, ele encaminha para esta Casa um projeto de lei, e esta Casa é que autoriza dar destino diferente a um determinado espaço público. No entanto, com as obras de arte, não é assim – é isso que nós também queremos mudar. Nós queremos que os artistas, ou quem quer que seja, encaminhem para esta Casa, para que se discuta como o Prefeito faz. Não é simplesmente porque é da Bienal, ou é deste ou daquele grupo, que simplesmente, por autorização de uma ou outra Secretaria, estão ali obras de arte do porte desta aqui, e a gente tem que ficar quieto aqui.

Bom, agora um outro detalhe: (Mostra fotografia.) Vocês que isto aqui tem conservação digna de uma obra de arte? Esta aqui, para quem não sabe, chama-se Cubo Cor, Parque Marinha do Brasil. Sabem como eu descobri que isto aqui é uma obra de arte? Advinhando, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon! Porque eu não sabia que isto aqui era obra de arte, com todo o respeito. Então, se é para fazer crítica, nós podemos fazer críticas, sim.

---

Agora, eu não quero fazer crítica, eu quero ajudar, eu quero colaborar. O projeto é de 2009, esta aqui são toneladas de ferro, obra interditada, enferrujada, aqui ao lado do Gasômetro. (Mostra fotografia da obra Olhos Atentos.)

Será que nós, Vereadores, não podemos trazer esse assunto para debate? Claro que podemos, tanto é que estou debatendo. Agora, é possível alterar o projeto que estamos defendendo? Claro que é! O que não podemos é ficar fazendo crítica, recebendo críticas da população e não propormos nada. Esse projeto tramita na Casa desde 2009. Não é contra as obras de arte! É contra aquilo que está posto na Cidade, não pode ser assim! Nós temos que facilitar para que as empresas, para quem quer fazer adoção, possam fazer. Por que hoje não é feita adoção de obras de arte? Porque não há um incentivo, e o nosso projeto poderá tratar disso também.

Então, é assim: menos, ou "menas", brincando. Não ataquem sem conhecer os propósitos. Se o projeto não está à altura dos colegas, se o projeto não está à altura de uma ou outra instituição, está liberado para ser consertado, se entenderem assim, para fazerem as emendas necessárias. Passam os anos, e nada é feito, é isso o que diz o povo. Para aí um pouquinho! Então, estamos tendo oportunidade de debater, e faço um convite, um apelo aos que não concordarem com o meu projeto que, confesso a vocês, foi feito com boas intenções, não foi para perseguir este ou aquele segmento, muito menos os artistas, mas do jeito que está não dá! A população não está mais aceitando essas obras jogadas na Cidade, simplesmente abandonadas! Não só aqui na orla, mas também na Redenção. Nós precisamos debater esse assunto, pois é da nossa competência. Eu não quero entrar na questão da técnica da arte, mas parece que tem que haver uma certa preocupação, um memorial. Acho que a obra tem que ter uma certa harmonia com o ambiente. Por exemplo: Gaúcho Oriental – quando ele foi instalado, nós não tínhamos o viaduto; agora tem! Lá no Obirici, quando foi instalado o monumento da Índia Obirici, não tínhamos o viaduto! Nós temos que ter compromisso com isso.

Por favor, o debate está aberto; ele não é terminativo, Ver.<sup>a</sup> Sofia. Estou citando seu nome porque sei que a senhora é muito atuante nessa área, é só um convite para um debate. Talvez, o que eu esteja propondo não seja o ideal, mas ele está aberto ao debate e às modificações.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Grande Expediente.

**O SR. DR. THIAGO:** Sr. Presidente, ilustres colegas Vereadores e Vereadoras; inicialmente, quero saudar a Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger pela iniciativa de criar a Frente Parlamentar Porto Alegre Sem Maus-Tratos aos Animais. Nós observamos, infelizmente, muitas vezes, que as zoonoses acabam aumentando em função dos maus-tratos aos animais. Animais criados junto aos dejetos, sem condições, sem limitação da paridade, do número de filhotes, acabam se multiplicando de forma indiscriminada. Aí cabe, sim, o que a gente chama corretamente de controle de natalidade. Apesar de todo o carinho que temos pelos animais, são animais irracionais, cabe a intervenção humana no sentido de limitar essas populações. E o que realmente me preocupa muito, na prática, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, V. Exa. que sabe muito por trabalhar há muito tempo com essa temática, é a questão dos acumuladores doentios: pessoas, em vários bairros da Cidade, que acabam tendo dezenas, centenas de animais. Existem pessoas que têm esse distúrbio psiquiátrico – é uma doença isso, faz parte do rol de doenças do Transtorno Obsessivo Compulsivo –, acabam colecionando animais, assim como tem gente que coleciona coisas, sem o devido cuidado. E certamente é a isso que V. Exa. quer se dedicar nesta Comissão, poder se dedicar à condição de vida destes animais que influem e influenciam diretamente na condição de vida do ser humano.

Ver.<sup>a</sup> Lourdes, para ter uma ideia, eu e o Ver. Bernardino, que me olha com muita atenção aqui, nós, no ano retrasado, propusemos, nesta Casa, um projeto criando o dia municipal da verminose. E, quando nós falávamos disso, nós falávamos da relação do ser humano com o animal; dizíamos da importância que se tem de fazer um controle das verminoses; por isso um controle das verminoses animais, que são familiares dentro dos mamíferos. E lá, naquele momento, Vereadora, eu colocava a minha experiência pessoal de 14 anos de atendimento no Extremo-Sul da Cidade, atendimento cotidiano, de, infelizmente, ter acompanhado um óbito em função de verminose. Era uma criança, há alguns anos, que esperava atendimento no Posto de Saúde do Lami, desde as 5h da manhã, e aí quando chegou para ser atendida, foi quase que imediato na abertura da unidade, mas ela já apresentava, inclusive, dificuldade ventilatória. A barriga estava com o abdômen em tábua, como a gente chama, com irritação peritoneal, sinal de infecção. Nós chamamos o

---

SAMU; o SAMU foi até lá, mas, infelizmente, essa criança não resistiu. Pelo diagnóstico se pode tomar ciência que ela veio a óbito por infecção generalizada, a partir de um bolo de áscaris, que são lombrigas, para quem não sabe do que a gente está falando. Então, o que aconteceu? No abdômen dela, esses germes proliferaram tanto que acabaram obstruindo o intestino, que se rompeu, gerando infecção generalizada. Essa criança acabou indo a óbito lá no Bairro Lami.

Então, mostrando a importância dessa Frente Parlamentar e a importância daquele nosso tímido projeto de fazer o Dia da Verminose, de apregoar o uso de vermífugo em todas as comunidades, principalmente as mais periféricas da Cidade.

Ressalto também – vejo o Ver. Mario Fraga – a necessidade de nós termos, nas periferias da cidade de Porto Alegre, o atendimento prolongado no terceiro turno, como existia, aliás, até início de dezembro, no Bairro Belém Novo. Como existia, lá no Bairro Belém Novo, Ver. Mario Fraga. Lá no Bairro Belém Novo, no seu, no nosso Belém Novo mais de 32 mil pessoas, nos últimos quatro anos, foram atendidas no terceiro turno. Infelizmente, agora, nós temos isso eivado, essa conquista da comunidade nós temos cortada, mas precisamos recuperar. Tenho certeza de que nós vamos avançar para isso. Então, eu quero lhe agradecer a parceria e lhe dizer que realmente estamos à sua disposição, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, para poder auxiliá-la nesse processo.

**O Sr. Cláudio Janta:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Dr. Thiago, só para lhe ajudar, esta Casa aprovou, no ano passado, a Lei de Diretrizes Orçamentária. Ela prevê a abertura de 16 postos de saúde em Porto Alegre, 16 unidades básicas, que não são UPAs, abertura até às 22h, com receita disponível – um acordo que esta Casa fez com o Governo. E uma dessas unidades é a que o senhor falou que está fechando agora. Então, nós entendemos que, cada vez mais, a questão da saúde em Porto Alegre é gestão, já que esta Casa aprovou o projeto que permite que 16 unidades básicas de saúde abram, neste ano, a partir das 22h. E a gestão da saúde pega e fecha uma unidade que poderia estar ajudando, e muito, a população de Porto Alegre, principalmente a do Extremo-Sul.

---

**O SR. DR. THIAGO:** Lembro-me que V. Exa. me entregou as mais de 100 mil assinaturas exatamente naquele local ali; assinaturas da população de Porto Alegre dando guarida à emenda do Ver. Cláudio Janta ao Plano Plurianual.

**A Sra. Lourdes Sprenger:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Dr. Thiago, agradeço a sua compreensão e conhecimento da nossa causa. Muito nos honra participar dessa nova frente. Ela vem substituir o Fórum do Bem Estar Animal, que funcionou por sete anos aqui na Câmara, por meio da coordenação do ex-Vereador Beto Moesch, do Ver. Sebenelo e também do Sebastião Melo. Nós acreditamos que vamos agregar forças para que esta Cidade modifique essa área carente que é o atendimento aos animais doentes nas periferias. Obrigada.

**O SR. DR. THIAGO:** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger. O Ver. Beto Moesch, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, continua dando a sua contribuição, inclusive legislativa, e vamos ter agora o terceiro seminário Cidade Bem Tratada, para poder discutir, de forma ampla e global, a questão dos resíduos sólidos, a questão do lixo. Sem dúvida, o Ver. Beto Moesch é um expoente, um ícone nessa questão de discussão do meio ambiente.

Utilizo também este Grande Expediente para saudar a iniciativa – já tínhamos sido procurados na semana passada – do Hospital de Clínicas, no sentido de discutir o seu projeto de ampliação. Na verdade, a saúde de Porto Alegre, a saúde do Estado tem que ser discutida junto com estes grandes hospitais: o Hospital de Clínicas, o GHC, Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, que V. Exa. já administrou com tanta propriedade, porque realmente eles auxiliam no processo de atendimento das especialidades e da demanda reprimida. Nenhum ator, dentro desse processo maravilhoso do SUS, pode ser desconsiderado, nem a atenção básica, nem a atenção especializada, nem a atenção de emergência, tampouco o atendimento terciário desenvolvido pelos grandes hospitais. Com isso, nós também saudamos o Hospital de Clínicas e a sua presença amanhã, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente.

Para terminar, eu gostaria de mencionar dois projetos nossos; um que já foi aprovado nesta Casa, sancionado pelo Executivo, que precisa ser colocado em prática, Ver. Bernardino Vendruscolo: é o projeto das ligações fraudulentas para o SAMU, é o projeto dos trotes para o SAMU, que prevê a multa ao dono do celular de 50 Unidades

---

Financeiras Municipais. Mais de 60% das ligações feitas ao SAMU são trotes, e não são de enganos que eu falo aqui, não são crianças que pegam o telefone e ligam para o SAMU; são, infelizmente, alguns adultos irresponsáveis que ligam de forma fraudulenta para o SAMU e, às vezes, fazem com que se desloque uma ambulância para atendimento dessas pessoas. E a imensa maioria das ligações fraudulentas não é de telefones públicos, são de telefones particulares que tem dono! E já existe a lei para isso! O que precisa ser feito? Devem, a Procuradoria do Município, em conjunto com a Secretaria da Saúde, em conjunto com as operadoras, Ver. Cláudio Janta – o senhor que coordenou aqui a CPI da Telefonia –, firmar um termo, um contrato para que, efetivamente, essa lei possa redundar em diminuição das ligações fraudulentas e em mais recurso para o SAMU. E esperamos que esses recursos cheguem, para que os profissionais não precisem descer do quinto andar do HPS para poder atender a um caso de emergência, como ocorre no dia de hoje. Então, pedimos aqui, e estamos à disposição do Município, para que, efetivamente, essa lei, que vai beneficiar a população de Porto Alegre, que vai trazer mais recurso para o Município, possa ser efetivada, já que foi aprovada nesta Casa e sancionada pelo Executivo.

E, por último, peço uma atenção especial a um projeto que tramita na Casa, um projeto que tenta dar um pouco mais de acalento e esperança às pessoas que esperam por uma consulta especializada na área de oncologia e nas áreas onde há possibilidade de perda de membro, sentido ou função. Antigamente, nós tínhamos para isso uma central que acabava atendendo a esses pacientes e acabava verificando os documentos de referência e os classificava como graves ou não. Era uma central formada por um médico, uma enfermeira e um técnico de enfermagem. Hoje, nós não temos esse sistema, e, muitas vezes, as pessoas esperam muito tempo, com risco de vida, com risco de perda de membro, sentido ou função, pela sua consulta especializada. Então nós queremos que esse fluxo seja restabelecido e que esses casos sejam, efetivamente, priorizados. Não pode um paciente do Extremo-Sul ser marcado – um paciente do Lami, por exemplo – no GHC, como não há uma regionalização bem colocada, marcado, às vezes, às 7h. E pior do que isso, é ele chegar no GHC, estar tratando um determinado problema e desenvolver um outro problema, oncológico ou de risco de perda de membro, sentido ou função, e o GHC ter que encaminhar este paciente, de novo, ao posto para que ele seja novamente reencaminhado a um hospital. Isso, dentro de um sistema hierarquizado,

---

---

como deve ser o SUS, efetivamente não deve acontecer. E é isso que estamos colocando: que esses pacientes possam ser priorizados, que não precisem voltar ao posto de saúde para ser reencaminhados a um hospital, porque isso faz com que haja perda de tempo, faz com que o paciente perca saúde, dificulta o seu diagnóstico e faz, sem dúvida nenhuma, com que ele possa ter a sua doença agravada e nós possamos entrar num caminho de transformar doenças curáveis em doenças incuráveis.

Então, eu peço toda a atenção dos nobres colegas Vereadores para que nós possamos avançar no sentido de ter um melhor fluxo de atendimento do SUS na cidade de Porto Alegre para, sem dúvida nenhuma, a partir disso, poder melhorar a qualidade de vida das pessoas, com saúde e paz, como dizia o Ver. Dib. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste aqui e em casa pela TVCâmara, eu perdi um momento importante da Casa, mas acompanhei todos os debates que os colegas fizeram durante a greve dos rodoviários de Porto Alegre. Estive presente na decretação desta greve e, por problemas de saúde, no primeiro dia da greve, tive que me ausentar, mas acompanhei pelos jornais, por relatos dos meus companheiros, pelos debates na tribuna da Casa – acompanhei todos os programas da Casa nesse período – o anseio da população de Porto Alegre no sentido de que essa questão fosse resolvida, o anseio dos trabalhadores – resalto que representamos o setor do comércio, de vigilantes, zeladores, bares, restaurantes e similares, enfim, todos os trabalhadores de Porto Alegre – e se provou que, cada vez mais, é necessário o transporte em Porto Alegre. Ficou claro que o transporte urbano, principalmente o rodoviário, é uma questão primordial da mobilidade da nossa Cidade.

O Tribunal de Contas da União pediu para refazer o cálculo da tabela. O Tribunal de Contas disse, através do procurador Da Camino, que o custo em pessoal, o custo em frota, em combustível, em tributos e outros era muito fora da realidade. Estamos presenciando o encaminhamento de um novo cálculo da tabela.

---

Pelo cálculo anterior, o custo com funcionários, com pessoal, correspondia a 42,1% da tabela. O anterior, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, era 42,1%. O aumento que os trabalhadores rodoviários tiveram não justifica o aumento desse custo de pessoal para 44,18%, que está na nova tabela. Custo. Isso é custo. O custo de pessoal é um custo fixo, ele não altera, ele não pode alterar o peso da tabela. E foi alterado o custo de pessoal, e os rodoviários não tiveram, fora a inflação, um aumento real; não tiveram mais nenhum acréscimo de bens. A única coisa de diferente é que antes eles tinham plano de saúde gratuito e agora passarão a pagar R\$ 10,00 pelo plano de saúde; então, era para diminuir o percentual na tabela, uma vez que diminuiu o custo das empresas em R\$ 10,00 por trabalhador rodoviário, e são oito mil trabalhadores.

Aí, o Tribunal mandou baixar o custo da frota que ficava parada, que, na verdade, era o lucro dos empresários. A Prefeitura baixou de 29% para 23,85% esse custo.

Combustível. O combustível correspondia a 16,1% da tabela. E agora, de uma hora para outra, os ônibus, em Porto Alegre, passaram a ser tricombustíveis. Porque o combustível passou a um percentual de 19,1%. Mas não aumentou o número de linhas de ônibus, não aumentou o trajeto das empresas de ônibus, por que aumentou em 3% o custo de combustível? Tributos eram 12%, e esta Casa, madrugada adentro, diminuiu o tributo das empresas de ônibus, tiramos o peso do ISSQN – este, agora, no custo da tabela, é de 5%.

Pasmem, colegas Vereadores, de todas as Bancadas, principalmente os da base do Governo, o custo de Outros, que é o lucro das empresas, de 0,8% passou para 7,96%! Ele teve um reajuste de 898% – 898%: outros! Mas que diabo é esse Outros?! Então, esse copo continua pingando água. Até hoje não saíram os banheiros nos finais de linha, as salas de descanso para os rodoviários nos finais de linha e no centro de Porto Alegre; esse copo vai continuar pingando água, e depois não entendem por que uma categoria para, não entendem por que os jovens – com máscara, sem máscaras – e trabalhadores, eu nunca usei máscara na minha vida, vão para a rua querer exigir o transporte de melhor qualidade – 898% de reajuste em Outros! Outros, nada mais é do que o lucro das empresas. Com força e com fé vamos seguir lutando pelo direito dos trabalhadores e melhoria no nosso transporte de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ALBERTO KOPITTKE:** Estimados colegas, muito boa-tarde a todas, a todos, Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; quero aqui, em nome do meu Partido, agradecendo ao Ver. Comassetto, à Ver.<sup>a</sup> Sofia, ao Ver. Sgarbossa e ao Ver. Mauro, antes de mais nada, fazer um convite a todas e a todos que aqui estão no plenário para uma votação muito importante que nós teremos na quarta-feira, de uma Moção de Repúdio, Ver. Comassetto, à fala do Deputado Heinze e do Deputado Alceu Moreira. Este é um momento muito importante porque é inadmissível que, nos dias de hoje, na democracia construída, parlamentares gaúchos se manifestem chamando lésbicas, quilombolas, índios, de tudo aquilo que não presta. Isto denota uma determinada concepção de mundo que não aceita a democracia, porque é na democracia que todos são iguais, e, para essas pessoas que assim pensam, é inadmissível esse tipo de regime. Por isso deixamos o convite a todas e a todos essa manifestação permanente que nós vamos fazer contra o preconceito e o autoritarismo.

Hoje nós teremos uma discussão, logo a seguir, muito importante, e eu já quero abrir a nossa discussão sobre o projeto de lei da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, que restringe o uso de máscaras na nossa Cidade. Antes de tudo, obviamente que é preciso – e sei que temos aqui um conjunto de juristas –, nós temos de questionar, Ver. Villela, a capacidade que esta Casa assumiu, pois me surpreende que ela tenha a capacidade, e terá hoje, de suprimir uma liberdade individual. Uma liberdade que, inclusive, na minha opinião, é cláusula pétrea da Constituição Federal, não pode sequer por emenda constitucional ser suprimida, e esta Casa hoje quer passar para a sua supressão. Mas, obviamente, que nós não vamos nos ater ao aspecto formal; nos interessa, e muito, fazer a discussão do conteúdo desta proposta. O PT, e aqui eu trago uma foto da Presidente Dilma Rousseff sendo julgada (Mostra a foto.), e peço que a TV mostre a Presidente Dilma Rousseff sendo julgada na ditadura, e seus algozes escondem o rosto de vergonha das torturas e da restrição dos direitos que fizeram na história do Brasil, que, aliás, até hoje, não aceitam que sejam sequer discutidas, muito menos reparadas ou então punidas. Alguns até falam que concordavam com o regime, mas não com os seus excessos, mas não aceitam a punição daqueles que cometeram os excessos. E o Presidente Lula, preso pelo DOPS

---

---

(Mostra a foto.), o órgão onde as manifestações tinham que obrigatoriamente serem registradas. O PT sempre nasceu de cara limpa, sempre foi para a rua de cara limpa e assim vai continuar sendo. Nós somos contra o uso de máscaras. O PT nunca precisou desse artefato, mas nem por isso somos a favor da restrição de um direito fundamental. Nós estamos aqui para apoiar as medidas que a Presidente Dilma Roussef encaminhará hoje ao Congresso, tornando o uso da máscara, para aqueles que cometem violência ou qualquer tipo de crime, um agravante criminal, mas jamais de forma tão fácil assim. Até nos assusta que com tanta facilidade alguns aproveitem qualquer tipo de momento para jogar fora as liberdades individuais que a tão duras penas conquistamos. Por isso, essa será nossa posição no dia de hoje e que vamos ter a oportunidade de debater. Pois vejam, se a cada excesso de um direito nós suprimirmos esse direito... Eu pergunto, Ver. Janta: se existir, por acaso, uma greve excessiva, vamos suprimir o direito de greve? Não, nós temos a Justiça do Trabalho para fazer o ajuste desta conduta. Se alguém comete crime de opinião... Ontem, inclusive, na Zero Hora, uma instituição clamou pela ruptura da hierarquia militar. Um militar fez isso, mas nós achamos que ele está no direito de sua liberdade de opinião, ele não precisa ir preso por causa disso, existem mecanismos constitucionais para reparar qualquer tipo de excesso dos direitos. Nós não precisamos, aliás, não podemos, suprimir os direitos.

Esse é o início de um importante debate que faremos hoje aqui. E saibam que os direitos pelos quais tanto lutamos não serão suprimidos tão facilmente. É graças a esses direitos que todos nós estamos aqui hoje podendo falar a nossa opinião de forma livre e sem o medo de ir para algum alçapão, ser torturado e preso.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, Vereadores e Vereadoras, quero começar dizendo que o projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica na verdade é um projeto que esconde, mascara os verdadeiros problemas que estamos enfrentando. O Brasil viveu em junho do ano passado um levante da juventude diante da indignação com as tarifas abusivas do transporte coletivo. Uma mobilização da juventude e do povo cansados de tanta

---

corrupção, cansados de ver a falta de recursos para saúde e a educação, a falta de professores, a falta de profissionais na área da saúde, ao mesmo tempo em que bilhões – R\$ 33 bilhões – foram destinados à Copa do Mundo!

E esses milhões de pessoas que saíram às ruas receberam dos governos três respostas: repressão, ouvidos surdos e nada de concreto daquilo que foi encaminhado das manifestações! Ao contrário, esta semana, a Dilma anuncia que vai cortar R\$ 44 bilhões das áreas sociais. Durante o levante de junho, mandaria R\$ 50 bilhões para resolver o problema da mobilidade urbana, dinheiro que não chegou nos Estados e Municípios. Ao contrário, está sendo cortado agora da saúde, está sendo cortado agora da educação, está sendo cortado agora das políticas de prevenção e de combate à violência contra a mulher. No mesmo dia em que os trabalhadores da saúde fazem uma paralisação porque estão cansados do massacre por que passam todos os dias nos hospitais; no mesmo dia da paralisação dos trabalhadores do Hospital Presidente Vargas, que funciona com apenas 30% dos seus leitos; do HPS, que está funcionando no meio de uma reforma que expõe fios e coloca os trabalhadores em risco diante do contato com o cheiro e materiais tóxicos, dos pronto-atendimentos – e estão aqui os trabalhadores do PACS, Postão da Cruzeiro, que sabem das dificuldades do atendimento à população diante da falta de materiais; no mesmo dia da paralisação dos trabalhadores da saúde; o Governo Estadual e o Governo Municipal destinaram R\$ 30 milhões para a Copa! Essa é a resposta dos governos diante da indignação do povo, prezado Nubem Medeiros, do PCB, que acompanha a Sessão na tarde de hoje. Essa é a resposta dos governos ao movimento de massa! E tem gente que nesse meio tempo está preocupada em como acabar com os protestos, e não, em como resolver os problemas, e não, em como resolver os problemas estruturantes e estruturais do nosso povo e do povo de Porto Alegre. Nós queremos, Ver.<sup>a</sup> Mônica, que caiam as máscaras dos corruptos da Procempa, que roubaram R\$ 50 milhões do povo de Porto Alegre! (Palmas.) Aliás, esses não usam máscara, usam terno e gravata! Nós queremos que caiam as máscaras dos empresários do transporte coletivo, que ganharam, por 30 anos, de forma ilegal e irregular, milhões de reais às custas de nosso povo. Hoje, mais um dado estarrecedor: 900% de crescimento dos outros insumos da tabela, para compensar o lucro ilegal que o Tribunal de Contas atacou no ano passado, que a juventude nas ruas questionou e que a ação jurídica e política da Bancada do PSOL cassou: o reajuste absurdo e abusivo da tarifa. Nós queremos que

---

---

caiam as máscaras daqueles que governam para os ricos e defendem interesses de privilegiados. Nós queremos que caiam as máscaras dos que transformam a máquina pública em um verdadeiro cabide de emprego com o dinheiro do nosso povo. Nós queremos que caiam as máscaras daqueles que sentam nos palácios e no poder para defender interesses privados. Mas nós não aceitaremos discutir no Brasil a máscara como verdadeiro problema. Quem acha que no Brasil o verdadeiro problema é a máscara ou o anonimato – e eu entrarei na discussão constitucional quando o projeto entrar em discussão –, quem acha isso não conhece as filas de saúde do nosso País afora, não conhece a falta de vagas nas creches, não conhece a falta de professores na rede pública, e as aulas começaram hoje; não conhece um ônibus superlotado e o povo andando como sardinhas em lata, com tarifas abusivas. Então, eu espero que muitas máscaras caiam.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** (15h44min) Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

Apregoo Emenda nº 01, de autoria do Ver. João Derly e da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, ao PLL nº 019/09.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. João Derly, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 019/09 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 312/13. (Pausa.)

**O SR. ENGº COMASSETTO (Requerimento):** Sr. Presidente, em nome das Bancadas presentes – PT, PCdoB e PSOL – requerermos a V. Exa. e à Mesa da Casa, que possamos realizar uma audiência pública sobre o referido projeto, tendo como convidados a OAB, o Ministério Público e a Defensoria Pública, e respeitando este plenário,

---

solicitamos o adiamento de sua discussão por cinco sessões, pois entendemos que o projeto restringe os direitos individuais e os direitos da cidadania. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Acolhemos o Requerimento de V. Exa.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, que requer o adiamento da discussão, por cinco sessões, do PLL nº 312/13. (Pausa.)

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, acrescento ao que foi dito, e que é muito importante, que a OAB considera esse projeto inconstitucional, por isso a necessidade da discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Vereadora, eu não vou entrar no mérito da questão. Vamos votar o Requerimento que solicita o adiamento do projeto por cinco sessões.

**O SR. MARIO FRAGA:** Só para esclarecer a quem nos assiste: este projeto está nesta Casa desde setembro do ano passado – há seis meses! Agora querem adiar a discussão?

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Vereador, é um direito de qualquer bancada ou partido solicitar o adiamento, e os Vereadores decidem isso no voto.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Presidente, o projeto tem dois pareceres, da CCJ e da Procuradoria, que colocam ser completamente legal o projeto. Vamos para o voto, vamos decidir a questão.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Vereadora, não estamos entrando no mérito da legalidade ou não. Vamos votar o Requerimento.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Só para esclarecer o Ver. Mario de que o projeto veio da CCJ direto para o plenário, e não passou nas outras duas Comissões, por isso a necessidade da discussão.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Feito o registro, Vereador.

**O SR. MARIO FRAGA:** Desculpa, Presidente. Eu não falei nada disso, só falei que o projeto está na Casa desde setembro. Se o Vereador quisesse inteirar ou pedir alguma coisa, estava aqui desde aquela época.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Pois não, feito o registro.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento, como autor.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, colegas Vereadoras e Vereadores, senhoras e senhores aqui presentes, esse projeto apresentado à Casa é, sem dúvida nenhuma, polêmico. Agora, nós precisamos fazer um debate que aprofunde o entendimento sobre esse projeto e identifique quais são a origem e a intenção política de um projeto como esse. Cada Vereador tem a prerrogativa de trazer para o plenário, onde nós sempre temos o acordo e continuamos com o acordo, mas entendemos a legitimidade de fazer um debate que possa aprofundar essas questões.

Para nós, esse projeto inicia sendo, legalmente falando, um projeto inconstitucional. E quem está falando isso não sou eu, mas a OAB do Rio de Janeiro, que já emitiu uma opinião sobre um projeto igual, foi aprovado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, e a OAB do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, que emitiu a opinião do nobre Dr. Puggina. Nós já sugerimos que esta Casa possa ouvir essas instituições, porque esse projeto, politicamente falando, restringe as liberdades individuais e o direito à liberdade de expressão. E fala aqui quem ajudou a criar um partido político, o Partido dos Trabalhadores, que nunca usou máscara e que sempre teve a sua opinião emitida com clareza para a opinião pública e que, através dos processos democráticos, sempre conquistou os espaços institucionais e constitucionais. Agora, o fato de qualquer um cometer qualquer crime contra a humanidade ou atentar contra a liberdade individual tem que ser punido no rigor da lei. E a Presidente Dilma já se pronunciou, que está enviando

---

ao Congresso Nacional um projeto para que todo aquele mascarado ou não, que cometa um crime nas manifestações democráticas, livres, soberanas, que cometa qualquer atentado, individual ou coletivo, ou contra o Estado, tenha as suas punições aplicadas com maior rigor. Ou seja, aumentar a intensidade das punições para estes que cometerem esses crimes. E a lei já diz: no momento em que a autoridade buscar a identidade, são obrigados a apresentar a sua identidade os que usam ou não máscara. Portanto, qualquer pessoa que esteja usando máscara é obrigada a se identificar às autoridades quando assim exigidas. Então, nós manteremos esse debate até porque está falando aqui a representação de um partido político, do PT, que na última semana, na quinta-feira, teve a sua sede pichada por um mascarado que foi lá e escreveu: Dilma = Maduro. Aqui todos sabem que a Dilma é muito diferente do Maduro, e o Brasil é muito diferente da Venezuela, e fez isso na nossa sede, Ver. Valter, como fez na sede do PMDB. Isto é crime, e é possível identificar aquela pessoa que fez isso mesmo usando máscara? Claro que sim. No Rio de Janeiro, aqueles que largaram os rojões, aqueles dois garotos, um mascarado e o outro não, em doze horas estavam identificados, e, há pouco, nós mostramos aquela foto onde os interrogadores da Presidente Dilma, na ditadura militar, escondiam a cara. É isto que nós temos que fazer e não deixar acontecer: que utilize o Estado de exceção para suprimir os direitos individuais e amordaçar a democracia. O Brasil está num processo de construção e consolidação da democracia, e nós precisamos avançar. E se avança na democracia não é restringindo os valores, o direito de expressão e os direitos individuais, e é isso que está em debate aqui, neste momento, sobre esse projeto. Por isso, Sr. Presidente, o nosso pedido de prorrogação no sentido de convidarmos a OAB, o Ministério Público, ou seja, todas aquelas instituições que estão dizendo que esse projeto é inconstitucional. Nós queremos e devemos fazer esse debate. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** É uma tarde importante porque acho que são esses os temas que legitimam a Câmara de Vereadores, temas que mexem com valores da nossa

---

sociedade. Tanto é assim que, na Comissão de Constituição e Justiça, na qual eu represento o Partido dos Trabalhadores, não fomos contrários, Ver. Pujol, que não se encontra neste momento. Nós não colocamos restrições ao projeto porque achamos, Ver.<sup>a</sup> Mônica, que ele precisa ser debatido; mesmo discordando do mérito, ele precisa ser debatido. Então, este é o momento oportuno.

Eu acho que nós estamos aqui num momento de dar uma resposta de qualidade do ponto de vista da elaboração de leis para que isso ajude a politizar e a discutir valores. Vejam o seguinte: eu trago aqui a Constituição Federal. Sempre que a gente tem que recorrer à Constituição Federal é porque alguma coisa nos faz ter que lembrar do que foi pactuado lá em 1988 com toda a sociedade. Primeiro, nós temos, no art. 5º – nosso verdadeiro rol dos direitos fundamentais –, justamente essa ideia: “É livre a manifestação dos pensamentos, sendo vedado o anonimato”. Portanto, já está contemplada a ideia do que é proibido. Você pode se manifestar, o Brasil vive sob a égide do pluralismo político, é um dos fundamentos da República, mas vedado o anonimato. Portanto, a nossa Bancada – e acredito que toda a Bancada de oposição – concorda que as pessoas podem ser detidas para identificação, ainda mais num contexto em que se está cometendo algum tipo de crime. Não há problema nenhum, já está na Constituição, e assim as forças policiais já operam. Essa não é uma questão controversa. Se as forças policiais não têm capacidade de impedir os crimes, essa é outra questão, como falta de estrutura, e assim por diante. Mas, do ponto de vista legal, já há previsão.

Na Constituição Federal, nós temos o art. 60, que fala das suas cláusulas pétreas, ou seja, o que não se pode mexer. Inclusive, no § 2º, diz que não será objeto de deliberação a proposta tendente – não é nem que vá abolir – a abolir os direitos e garantias individuais. É justamente disso que estamos tratando.

Ver. Pujol, que agora está aqui, o senhor que é um liberal deverá votar contra o projeto da Ver. Mônica no sentido de que é intervenção demais do estado naquilo que você pode usar numa manifestação.

O projeto diz que não se podem usar máscaras em toda manifestação pública. E excetua apenas um exemplo: manifestações culturais. Então, nós vamos ter que discutir aqui o que é uma manifestação cultural e o que é toda e qualquer outra manifestação. Aí caímos num lodaçal! Nas manifestações do Fora Collor, as pessoas pintaram o rosto. Era uma manifestação cultural, era política? Será que, naquele momento, um policial teria que

---

fazer a pessoa lavar o rosto para conseguir identificá-la? Olhem o tamanho do constrangimento!

Percebam que uma lei só tem serventia quando ela prevê uma punição. O projeto que aqui vamos debater não tem punição nenhuma! Sequer foi levantada a possibilidade de ser uma infração administrativa e ter uma multa administrativa. Realmente, se essa legislação for aprovada, não terá efeito nenhum na prática. Já tem um abrigo constitucional, mas poderá reforçar um caráter político que não se quer.

Estamos às vésperas do carnaval, que é uma manifestação cultural, acredito que o projeto assim o enquadraria. Se alguma pessoa estiver de máscara e, durante a passagem de um bloco, houver, mesmo por descuido, a quebra de uma vitrine, as forças policiais vão atuar e fazer todo o mundo tirar as máscaras? Estou colocando um exemplo real, que pode acontecer daqui a alguns dias em pleno carnaval, para mostrar que uma onda proibicionista como essa que propõe a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal no seu Projeto pode ser, inclusive, um tiro no pé e um ferimento de morte nos direitos e garantias individuais.

Eu acho que nós temos aqui, como diz a Constituição Federal, a competência de legislar sobre assuntos locais, a vida diária da população – o seu trânsito, as edificações, etc. –, mas não sobre o direito que uma pessoa tem de se vestir e de se portar nas vias públicas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Eu queria, primeiro, dizer da importância deste momento de discussão do Requerimento. Eu gostaria de que todos os Vereadores discutissem o Requerimento e a constitucionalidade do projeto. O nosso Requerimento vem no sentido de fazer com que haja esse espaço com a OAB, com o Ministério Público, com a sociedade de um modo geral sobre o projeto e, também, sobre a sua constitucionalidade.

Eu queria, antes de mostrar um vídeo que eu acho importante, trazer a questão da Constituição Federal. O inc. XVI é muito claro em relação às manifestações públicas. Diz

---

ele que “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente”. O projeto da Vereadora cria um quarto poder porque prevê que exista autorização da polícia para a realização de protestos em Porto Alegre, de manifestações públicas, quando a Constituição é clara e coloca apenas a necessidade de um aviso prévio para garantir que não haja colisão de eventos.

Em segundo lugar, tratando de matéria constitucional – uma conquista brasileira na luta contra a ditadura militar, um processo constituinte que gerou a nossa Constituição de 1988 e que garante a liberdade de manifestação, a liberdade de reunião pública, no art. 5º e nos parágrafos que se seguem –, ela só pode ser modificada e alterada no Congresso Nacional. Nós, inclusive, temos posição absolutamente contrária ao projeto que o Governo Dilma faz agora em relação à Copa, querendo colocar as Forças Armadas para fazer a segurança. É mais uma parte das políticas repressivas que querem calar os jovens e a população que criticam os gastos exorbitantes com a Copa. Assim como achamos um acinte a lei antiterrorismo que tramita no Congresso Nacional, que, na verdade, é uma lei para criminalizar movimentos sociais populares e acabar com o direito à greve no nosso País.

De qualquer forma, esse projeto tem, claramente, um vício de origem. Nós não podemos, num Parlamento municipal, legislar sobre a Carta Magna, que só pode ser alterada no Congresso Nacional. Nós não podemos tirar uma norma para Porto Alegre, pois a política de segurança pública é estadual: em Porto Alegre, não pode máscaras; em Canoas, a lei é outra, e, em consequência, a forma de agir será outra. É evidentemente inconstitucional, como já falou a OAB do Rio de Janeiro, quando projeto de igual teor tramitou na Assembleia Legislativa – não foi sequer na Câmara de Vereadores – tratando da liberdade de expressão e de como a Assembleia carioca não poderia tratar do tema.

E isso é evidentemente uma clara afronta à liberdade de manifestação. E digo mais: tem um vício de origem muito claro. Eu poderia aqui, na tribuna, fazer um projeto criando hospitais toda semana! Mas um Vereador não pode legislar sobre a criação de hospitais. Eu poderia fazer um projeto obrigando a Polícia Militar a usar identificação – muitas vezes, nas manifestações, nós recebemos relatos de vários casos de violação de direitos humanos, existe abuso de autoridade e desrespeito aos jovens e aos manifestantes –,

---

mas eu não posso fazer isso porque nós estamos falando da Brigada Militar, e só quem tem autorização para fazer um projeto desse teor é a Assembleia Legislativa, não a Câmara de Vereadores.

Por favor, eu peço para passar o vídeo de Santa Maria no dia 20 de fevereiro de 2014, quinta-feira passada. (Mostra vídeo.) Uma manifestação pacífica contra o aumento da passagem, em que se pode ver que não existia ninguém com máscara. Nós vimos que, de cem pessoas que participaram do protesto, 21 jovens saíram feridos com balas de borracha, ferimentos gravíssimos. As mães do Movimento do Luto à Luta, mães que perderam os seus filhos na tragédia da boate Kiss, estavam no protesto e foram agredidas. Os jovens manifestantes receberam uma violência brutal, como vocês podem ver, um caso grave de abuso de autoridade. Nós estamos entrando com uma Moção de Repúdio a essa ação, mas eu mostro o vídeo para também colocar que existe um silêncio brutal da violência que, muitas vezes, é promovida pelo Estado, e, mesmo que eu quisesse exigir a identificação dos policiais, eu, lamentavelmente, como Vereadora, não tenho a prerrogativa de fazer esse projeto. Então, nós encaminhamos a favor do requerimento, pelo amplo debate com a Cidade e com a certeza de que o seu projeto, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, é inconstitucional. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras. “Quem usa máscara para esconder o seu rosto para praticar qualquer ato, não clama por cidadania.” A frase não é da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; a frase não é de nenhum expoente dos setores mais conservadores, como diriam alguns reacionários da política brasileira; a frase, Ver. Alberto Kopittke, é da Presidente Dilma Rousseff, Presidente que experimentou talvez um dos momentos mais dolorosos da vida brasileira, porque foi exatamente em um momento de exceção, de repressão que a Presidente foi levada aos porões da ditadura e lá barbaramente torturada por aqueles, sim, que escondiam os seus rostos. Vamos nos igualar àqueles que escondiam os rostos para torturar? É isso que se quer? É isso que se pretende? Na verdade, o que nós estamos

---

fazendo aqui... E eu admiro o esforço de contorcionismo intelectual e ideológico que o nobre Líder do PT fez para justificar uma posição que não encontra eco na orientação maior do seu partido, da sua Presidente da República. Nós estamos juntos, inclusive, a bem da governabilidade do País. Vem de cima, do Governo Federal, o alerta de que, infelizmente, aquilo que deveria ser uma saudável manifestação do povo, que não encontra mais acolhimento nas suas classes políticas, sejam elas de qualquer partido, que não se sente mais representada, vem da Presidência e vem da Presidente a manifestação de que nós viramos o filme. Há um perigosíssimo flerte, Ver. Idenir Cecchim, com o arbítrio, com a barbárie e com o totalitarismo. Uma coisa é o direito sagrado de manifestação. E eu estou aqui num partido, com os demais Vereadores, que tem o nosso Estatuto, e o PMDB está desde o primeiro momento na linha de frente da resistência ao arbítrio. Mas arbítrio, para o PMDB, não importa se seja de direita ou se seja de esquerda, arbítrio é arbítrio! Democracia é democracia! E não se constrói democracia falando em ditadura ou querendo fazer democracia pelas vias de alguma ditadura, seja ela qual seja! O que nós temos visto nas manifestações – e é por isso que as pesquisas de hoje dizem que, quando as manifestações começaram, elas tinham 80% do apoio popular e hoje não têm 40% –, infelizmente, é que elas descambaram para um lado perigoso, inadmissível e inaceitável, do fascismo de do autoexercício das próprias razões! Eu estava na Prefeitura na primeira manifestação. Eu vi a primeira expressão dos Black Blocs! A primeira! No segundo andar da Prefeitura, como aquela janela que está lá, eles tentavam nos alcançar com bolas de gude! A porta da Prefeitura, por três vezes, tentaram arrombá-la! Na segunda vez meio que conseguiram, 12 heroicos guardas municipais resistiam, e uma moça, que se dizia estudante, foi detida naquela ocasião porque, quando a porta cedeu, ela caiu para dentro. Ela foi encaminhada à polícia, e até estranho, Dr. Gil Almeida, porque eu estipularia como fiança o valor do dano ao patrimônio público. Na semana passada, na CCJ, eu disse ao Ver. Sgarbossa e quero repetir aqui na tribuna da Câmara, parece que está falando aqui alguém que seja militante de um partido de extrema-esquerda: o direito coletivo sempre está à frente do direito individual. É livre a manifestação, Ver. Alberto Kopittke? É livre a manifestação, mas, no momento em que o direito de um indivíduo coloca em risco a segurança da sociedade e a paz social, o direito coletivo fala mais alto do que o direito individual, porque essa é a razão de os homens terem se organizado em sociedade, formado um pacto, que é um

---

contrato social para poderem, entre outras coisas, Ver. Reginaldo Pujol, terem direito à paz e à vida.

Então, Sr. Presidente, reitero a nossa posição: somos absolutamente favoráveis a qualquer tipo de manifestação, mas precisamos nos acordar, porque alguns, de forma ingênua, e outros, de forma muito esperta, estão forçando as fronteiras da democracia para estabelecer o que sabemos o que é: um regime de exceção.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Conclua, Vereador.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** E de novo: o PMDB esteve, está e estará sempre ao lado da democracia. A democracia é, como dizia Winston Churchill, Ver. Kevin Krieger, o pior dos regimes, à exceção de todos os outros que já foram tentados, pensados e exercidos na história da humanidade.

O nosso Vice-Prefeito Sebastião Melo sempre repete uma frase que não é dele...

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Vou insistir, Vereador, já terminou o tempo de Vossa Excelência.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** ...uma frase que não é dele: democracia se resolve com mais democracia. O Brasil tem todas as mazelas que foram faladas aqui, e todos nós as conhecemos: as pessoas morrendo...

(Manifestação nas galerias.)

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** O meu tempo foi o povo que me deu, não foi o senhor, que está de máscara aqui e que eu conheço dos protestos, quebrando a Prefeitura.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Ver. Valter, por gentileza.

(Manifestação nas galerias.)

---

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Vou concluir, Sr. Presidente: democracia se resolve com mais democracia. Existem regras, felizmente, no Estado Democrático de Direito e precisamos todos nós nos subordinarmos e nos submetermos às regras que o garantem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, pessoas que nos assistem nas galerias e também em casa, surpresas, porque o clamor da população porto-alegrense é, sim, por manifestações ordeiras e pacíficas. Eu poderia discorrer sobre muitas coisas que convenceria, tenho certeza, a maior parte das pessoas que nos assistem da necessidade deste projeto. Mas eu quero responder, ponto a ponto, àqueles que ocuparam esta tribuna e que soltaram palavras ao vento, com total desconhecimento, até porque eu sou uma Vereadora cumpridora da lei, eu jamais faço um projeto inconstitucional. E vou citar a cláusula pétrea da nossa Constituição: “É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.” Isso está à disposição, para qualquer um acessar.

Outra questão importante, Ver. Marcelo Sgarbossa, V. Exa. que faz parte da Comissão de Constituição e Justiça, quando V. Exa. diz que foi aprovado com restrições, foi aprovado por unanimidade. V. Exa. colocou aqui “com restrições”. Agora, eu queria fazer uma pergunta a V. Exa., pois há aqui um projeto de lei do legislativo de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa que obriga a identificação visual do nome, do sobrenome, do tipo sanguíneo e do número de matrícula nos uniformes dos servidores públicos detentores do cargo de provimento efetivo da Guarda Municipal: dois pesos e duas medias, então? Para a Guarda, para a segurança tem que ter identificação; para manifestante, não precisa ter, pode estar usando máscara.

Para encerrar, eu vou além, se isso vale aqui, se a Comissão de Constituição e Justiça, da qual tenho Parecer e poderia facilmente ler para os senhores... Primeiro leio o Parecer da Procuradoria da Casa, que diz. (Lê.): “...objeto da proposição está inserida no âmbito de competência municipal e ajustada ao regramento constitucional vigente, inexistindo

---

óbice jurídico à tramitação.” O Parecer da CCJ. (Lê.): “... sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça conclui pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.”

Sendo assim, o que esses Vereadores da oposição, mais uma vez, estão articulando é uma manobra política para colocar a população com medo das manifestações a que nós assistimos nas ruas, eu aconselho a encerrar a Procuradoria-Geral da Casa, fechem a Procuradoria! Terminem com a Comissão de Constituição e Justiça e chamem a OAB para mandar nesta Casa! Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu tive o prazer de ocupar esta tribuna quando nós retornamos aos trabalhos depois da invasão da Câmara. Foi um período em que houve várias manifestações no Brasil inteiro, na cidade de Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte. E, naquele momento, eu critiquei essa questão das máscaras, porque eu me forjei na luta, eu me forjei nas portas de fábrica, nos movimentos estudantis, nos canteiros de obras. Agora mesmo, dia 11 de junho do ano passado, fizemos a maior greve geral da história deste País. Dia 19 de julho repetimos essa manifestação, tivemos vários eventos e greves. E aqui da tribuna, falei – já tinha dito que eu conheço quem usa máscara desde o tempo das dinastias do império chinês – que quem usa máscara geralmente é bandido. Nós temos vários exemplos do velho oeste, as pessoas botavam um lenço no rosto para assaltar as diligências, assaltar bancos. A vida inteira quem usou máscara era bandido. Mas eu não tenho divergência ao projeto se usa ou não usa máscara, eu tenho divergência ao projeto do Governo Federal que quer disciplinar... Vamos ter regra, agora, para fazer marcha, vamos ter regra para fazer greves, nós vamos ter regras para fazer manifestações! Eu acho que nós temos que exigir do Poder Público... Se eu estiver andando com uma máscara na Rua dos Andradas, hoje à tarde, provavelmente, perto do sistema bancário, a Polícia vai me parar, seja ela máscara dos personagens infantis, seja ela a máscara que for, eu fiz a minha vida inteira – o que eu fiz, e não me arrependo de nada do que eu fiz – de cara limpa. Não me

---

---

arrependo de nenhuma manifestação que fiz, não me arrependo de nenhuma greve que eu fiz, não me arrependo de nenhum movimento que eu fiz, seja desde criança já, lutando, desde os 13 anos de idade pela anistia, por eleições diretas, pelo *impeachment* do Collor, sempre de cara limpa. Agora, o Governo Federal... Aí há uma divergência, pois a bancada do Governo Federal não quer votar o Projeto da Ver. Mônica Leal, mas fica pressionando os movimentos sociais e o movimento sindical em Brasília para dar acordo para votar acordo para votar o Projeto da Presidente Dilma que quer disciplinar os movimentos sociais. Ainda disse para a Ver.<sup>a</sup> Mônica: estou como o PT, entre a cruz e a espada; os companheiros do PT estão entre a cruz e a espada, porque o Projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica disciplina a questão de máscara, e o Projeto da Presidente Dilma, chamado pela minha central, Força Sindical, como o novo AI-5. Eu disse para ela que estou entre a cruz e a espada porque a minha central foi para o Congresso, na semana passada – estava adoentado e não sabia –, dizer que o Projeto do Ministro da Justiça é um novo AI-5 porque ele disciplina manifestações no período de Copa do Mundo, disciplina porque ligaram para mim, quando eu estava doente, para tentar agilizar os acordos coletivos e dissídios dos rodoviários de toda a Região Metropolitana com data base em julho com medo das manifestações da Copa. Mas que medo é esse? Que medo é esse, de um povo que foi para a rua e fez a passeata dos 100 mil, do petróleo é nosso; o povo que foi para a rua, enfrentou a ditadura militar, o povo que vai para a rua e quer que esse absurdo de dinheiro investido na Copa seja investido em educação, em saúde e em segurança. Coibir o quê? O que querem coibir? Daqui a pouco virá para os parlamentos também. O que nós temos de falar, o que podemos falar, o que não podemos falar. O povo é livre. Quem tem que fazer o seu papel é a polícia; a polícia que tem que fazer o seu papel. A polícia. Se eu vir alguém mascarado na minha rua eu vou ligar para a polícia. Quem usa máscara, e volto a dizer isto, sou um sindicalista, um líder estudantil, um líder dos trabalhadores e, neste momento, um Vereador desta Cidade e nunca usei máscara na minha vida para atingir os meus objetivos, nunca me escondi atrás de nada e nunca me escondi atrás de uma carapuça. Com força e fé nós vamos melhorar a vida o povo brasileiro, com máscaras ou sem máscaras.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, volto novamente a esta tribuna e começo dizendo o que eu já disse em outros momentos, em discussões semelhantes a essa: sou de um Partido que tem 92 anos de luta, que foi – em regimes de exceção – colocado na clandestinidade, que foi chacinado na chacina da Lapa; que foi morto – homens e mulheres mortos – na guerrilha do Araguaia, na luta pela redemocratização deste País, sempre de cara limpa, porque assim é nosso modo de agir. Nós somos pela livre manifestação, senão estaríamos negando nossa história e somaríamos aos que querem, e querem mesmo, criminalizar os movimentos sociais, criminalizar a luta do povo. Há infiltrações, sempre houve, nas justas manifestações populares que nas ruas, ao longo da história – eu mesma sou daí oriunda, com muito orgulho –, enfrentaram regimes de exceção e lutaram pela redemocratização em nosso País. Hoje vivemos um novo momento no País, temos mais democracia, mas temos que caminhar ainda mais porque queremos mais democracia, e há, sem dúvida, os que querem que o Brasil retroceda, que não avance; estes, do campo antagônico do atual estágio do nosso País, estão sempre dispostos a romper a ordem legal, e não são, com certeza, os trabalhadores e os movimentos sociais, são os que se infiltram para fazer atos de vandalismo, na tentativa de criminalização dos movimentos sociais e descaracterização da luta do povo brasileiro.

Nada está pronto e acabado neste País. Legalmente, constitucionalmente, nós temos o direito à livre manifestação, é cláusula pétrea da Constituição, nem o Congresso pode modificar – cláusula pétrea, livre manifestação – muito menos uma lei no Município. Não há como a Câmara legislar sobre o uso ou não de máscara! É cláusula pétrea, faz parte da livre manifestação, onde também é vedado o anonimato.

Mas eu queria dizer que pelos atos de vandalismo já existe punição legal, com o uso ou não de máscara. Já tem punição! Se é vandalismo, independe de estar usando ou não máscara! Há os que cometem com máscaras e há os que cometem sem máscara. Em contrapartida, nos deparamos ainda – e isto é muito sério – com o aparato policial de Estado que se apresenta não identificado e muitas vezes comete arbitrariedades.

Ontem, casualmente, eu vi o filme espetacular dos Panteras Negras. A primeira iniciativa deles na luta dos negros nos Estados Unidos era exatamente identificar os policiais que

---

tapavam a sua identificação, um momento alto da história da luta do povo. Quero dizer também que estão confundindo duas coisas. Mascarado é mascarado; vândalo é vândalo, sem máscara ou com máscara! Por fim, eu queria dizer que vandalismo é crime que já está punido por lei. O que está em discussão não é apenas o uso ou não das máscaras. Não apoiamos o uso de máscara para vandalismo! Como forma de protesto pacífico é constitucional. Esta é que é a questão: o uso de máscara como forma de protesto pacífico é constitucional. É cláusula pétrea! Agora, para o vandalismo nós não apoiamos.

Gostaria também de dizer, Ver. Nagelstein, que a Bancada do PCdoB é contra na Câmara Federal à Lei Antiterror, porque o que nós precisamos é mais democracia. E essa lei não ajudará no avanço da democracia no País, até porque partimos do pressuposto de que não há terrorismo no nosso País. Pelo menos, não há terrorismo das forças populares, democráticas e que querem fazer a nação brasileira avançar na sua luta por democracia e por soberania. Então, vamos colocar as coisas nos seus devidos lugares, vamos colocar as coisas nos seus devidos lugares! Vandalismo é feito com ou sem máscara. O uso ou não de máscara faz parte da cláusula pétrea da Constituição que é a liberdade de expressão e de manifestação do povo brasileiro.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, pela oposição.

**O SR. ALBERTO KOPITTKE:** Nós estamos aqui discutindo não ainda o projeto, mas um Requerimento referente à Ordem dos Advogados do Brasil, a instituição da qual sou filiado, a instituição que lutou durante toda a ditadura contra aqueles que defendiam, assim como o Ver. Valter acabou de fazer aqui, os direitos coletivos contra os direitos individuais. Quem defendeu neste País, contra uma loucura que alguns criaram, o regime do medo, que o País estaria à beira de uma ditadura, à beira de um golpe comunista? Até me lembrei do Plano Cohen, de 1935, que era um pretenso plano que quase justificou o golpe. Aliás, o Getúlio suprimiu as liberdades individuais e depois se descobriu que o Plano Cohen tinha sido montado por um general! Quem sempre esteve à frente da defesa das liberdades individuais foi essa Ordem dos Advogados do Brasil, essa que a

---

---

Vereadora teve a cara de pau de vir aqui debochar. Enquanto seus familiares estavam defendendo a ditadura, a Ordem e os advogados estavam mostrando a cara e colocando a vida em risco. Por isso esses debates são necessários. Foi a OAB quem sempre entrou lá nas masmorras do DOI-CODI para resgatar as pessoas de um discurso que diziam ser em nome das garantias coletivas em detrimento das liberdades individuais. Esse discurso é muito antigo.

Mas vejamos a questão do anonimato, juridicamente falando, Ver. Marcelo. É uma flexibilização do anonimato que permite aos senhores jornalistas que aqui estão a garantia do sigilo da fonte, e foi uma conquista que as fontes pudessem ser mantidas em sigilo para que a imprensa pudesse ter liberdade. Da mesma forma, foi graças à reflexão sobre o anonimato que o STF reconhece hoje denúncias de corrupção. Portanto, essas pessoas têm o direito, e eu não quero crer que aqui estão defendendo regimes autoritários, porque, quando se colocam direitos individuais em questão, nós temos que pensar da seguinte forma: essa lei interessaria a um regime autoritário? Essa lei da Sra. Mônica, que vai proibir, Marcelo, que a massa crítica saia para a rua se ela não tiver autorização, vai proibir que a força sindical saia para a rua se não tiver autorização, que a CUT saia para a rua se não tiver autorização. Essa lei que pode, inclusive, condenar os índios que usam máscara! O que vai ser dos índios? O que vai ser dos homossexuais na Parada LGBT, onde muitos usam máscara para manifestar, sim, a sua liberdade sexual? Pois eu fico refletindo que essa lei seria de muito bom grado para tantos regimes autoritários que vocês dizem condenar. Essa é a lei que favorece aqueles que querem implantar a ditadura! Imaginem! E nós estamos vivendo isso no Brasil, desde a manifestação que nós tivemos aqui no Centro de Porto Alegre, dezenas de jovens estão sendo ameaçados pela Internet por pessoas que, inclusive, são servidores públicos. Estão ameaçando os jovens de morte! Ameaçando que, se esses jovens vierem para a rua, eles vão ser assassinados, que vão pegá-los. É isso que está nas redes, é isso que vários segmentos estão insuflando! E esses jovens estão buscando a garantia de fazer a sua manifestação e não serem perseguidos depois, porque, infelizmente, os instrumentos de correção de força do Estado ainda não funcionam no Brasil! De julho para cá, nenhum policial foi punido por nenhum tipo de uso excessivo da força em todo o Brasil. E isso é razoável? Será que é compreensível que assim seja?

---

Pois então, eu acho que esse projeto vem em muito boa hora – e assim vou encerrar –, porque fez com que alguns Vereadores dissessem que em nome dele é possível colocar – falo aqui para um liberal que eu respeito muito ideologicamente – os direitos coletivos acima dos direitos individuais, porque não conseguem conceber que eles tenham que conviver juntos: os direitos coletivos e os direitos individuais.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Obrigado, Vereador.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Sr. Presidente, Ver. Garcia, eu peço direito de resposta, porque o Ver. Kopittke, como é de praxe, sem argumentos convincentes, mais uma vez, usa de ofensa com seus colegas quando me chamou de cara de pau! Eu peço a oportunidade de dizer aqui que, em momento algum, eu ridicularizei a OAB! Eu apenas disse que, considerando as falas da oposição que dizem que é inconstitucional, ou seja, que a CCJ e que a Procuradoria de nada valem porque há dois pareceres positivos, nós chamássemos a OAB para decidir as questões desta Casa. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Vereadora, a senhora já fez o registro. Vou solicitar as notas taquigráficas. E o seu registro já foi feito.

O Ver. Mario Manfro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto.

**O SR. MARIO MANFRO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu acredito que não vou ser uma exceção, porque ninguém aqui discutiu, ou encaminhou sequer, o Requerimento solicitando o adiamento por cinco Sessões. Ninguém! Com uma exceção, talvez, do nobre Engº Comassetto, que começou discutindo o Requerimento, mas, depois, enveredou para o mérito da matéria. E mais ninguém se manifestou, quanto ao pedido de adiamento por cinco Sessões.

Eu realmente não ia me manifestar neste momento, mas, como todos já estão falando no mérito, eu resolvi, sim, falar, também, no mérito e em tudo que foi dito aqui.

---

Eu quero começar, carinhosamente, com a Ver.<sup>a</sup> Fernanda, que diz que muitas máscaras têm que cair. E eu concordo. Todas as máscaras de que a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna falou devem cair também, e mais uma: a do discurso fácil e da hipocrisia! Essa também tem que cair, porque o povo não aguenta mais isso! O povo não aguenta mais, porque ninguém é bobo! Ninguém que está nos assistindo está achando que nós vamos colocar ar-condicionado em todos os ônibus de Porto Alegre e que isso vai ser mais barato! Que vai diminuir o preço! Isso deve ser um milagre de administração! E esse discurso o povo também não aguenta mais, porque sabe que não é factível. Quanto às máscaras, eu disse, em uma outra oportunidade, que não é a máscara em si que pode fazer o bem ou o mal. Não é! Eu acho que tem, sim, é que separar o manifestante do vândalo.

Eu vou votar contrário ao projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica se alguém aqui me mostrar uma vantagem do uso da máscara – uma vantagem do uso da máscara! Para que o uso da máscara se todos os que subiram aqui, que lutaram contra a ditadura e se orgulham disso, todos, sem exceção, disseram “eu fazia de cara limpa”. Eu não ouvi nenhum de vocês, que se manifestaram contra a ditadura, dizer que também usava máscara porque era seu direito individual ou porque queria exercer o seu direito individual. Por que o uso de máscara se não o fato de se esconder através da máscara, de fazer atos ilícitos através da máscara?

Volto a dizer: há vândalos que não usam máscara; agora, a grande maioria – e é só olhar, é só acompanhar o que está acontecendo para se dar conta que 90% do quebra-quebra, do cara que quebra o pequeno comércio, que são trabalhadores como todos nós, e que, depois, não conseguem mais trabalhar porque o seu comércio foi dizimado –, 90% dessas pessoas estão mascaradas. Então, Ver.<sup>a</sup> Mônica, se alguém me provar que existe alguma vantagem no uso da máscara, que, com o uso da máscara se faz uma manifestação mais forte e poderosa a favor do que nós, povo, devemos lutar, aí, sim, eu voto contra o seu projeto. Caso contrário, eu não vejo nem como polêmico esse projeto, é um projeto absolutamente coerente.

Luiz Afonso, nosso 37º Vereador, a partir de agora, uma pequena modificação eu sugeriria: CCJ e, depois, direto para a OAB para ratificar ou retificar a posição da CCJ e do procurador, que estão sendo, neste caso, desmoralizados. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Obrigado, Ver. Mario Manfro. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Engº Comassetto, o Requerimento de sua autoria. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Requerimento por 8 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

**O SR. ENGº COMASSETTO (Requerimento):** Sr. Presidente, requeiro, conforme o nosso Regimento, em seu artigo nº 178, o adiamento da votação do PLL nº 312/13, por cinco sessões.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Este Requerimento vai ser votado após a discussão geral do PLL nº 312/13.

Em discussão o PLL nº 312/13. (Pausa.)

**O SR. ALBERTO KOPITTKE (Requerimento):** Sr. Presidente, só quero pedir que o senhor leia a íntegra do projeto, se for possível, para que todos tenham conhecimento, porque ele não é só sobre máscaras, eu acho que é importante que todos possam conhecê-lo.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Eu quero ressaltar que não é comum esta Casa fazer a leitura de projeto na Ordem do Dia, porque todos já tiveram acesso ao seu conteúdo, mas, de qualquer maneira, vou fazê-lo. (Procede à leitura do PLL nº 312/13.)

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 312/13.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Vereadores, eu acho que o debate deve se basear menos em quem concorda ou não com o uso de máscaras, se usá-las é ou não a maneira mais adequada de se manifestar. Nós já temos uma opinião clara, é a opinião da Presidente. Mas eu poderia opinar sobre usar ou não algum artefato no rosto como qualquer outro tipo de manifestação cultural ou física que as pessoas resolvam fazer para se expressar no seu cotidiano. Eu poderia dizer que ontem o Bloco da Laje, um bloco historicamente militante da cultura, da defesa da vida, em um momento, os seus integrantes ficaram nus, e eu poderia dizer que eu não acho essa a melhor forma

---

de manifestação; mas isso não significa que não fosse importante, contextualizado e legal naquele momento, em função daquele evento. Acho que não é esse o debate a fazer, ele está em outro marco.

O que significa legislar de uma forma casuística, impressionista, a dar respostas simplificadas a uma situação, esteriotipando-a, generalizando-a? Essa proibição pressupõe que todas essas manifestações onde há abuso, depredação, violência estejam vinculadas ao uso de máscaras, mas esse pressuposto não é correto. Porque há e houve manifestações e depredações feitas por pessoas sem máscaras, de cara limpa, fazendo algo inadequado, identificadas pela polícia, ou não, respondendo por isso. Ao mesmo tempo, houve e há manifestações de pessoas mascaradas ou com o rosto escondido. Ou seja, não dá para afirmar que a violência esteja vinculada ao uso de máscaras. Não dá, porque a própria legisladora propõe excetuar a máscara nas manifestações culturais. E quem diz que durante uma manifestação política não aconteça manifestação cultural; e quem diz que durante uma manifestação cultural não haja um manifesto político – como distinguir isso? Não há base legal para distinguir que quem se manifesta culturalmente possa usar, Ver.<sup>a</sup> Mônica, uma máscara. Quem se manifesta politicamente – este não pode usar uma máscara; quem se manifesta culturalmente, está de máscara, não vai representar um perigo, Ver. Koppitke; quem se manifesta politicamente, está de máscara, este é um bandido. Essa é uma definição muito difícil de ser tomada por um legislador.

Portanto, acho que nós estamos no tema errado, quando tentamos enfrentar violência e depredação. O movimento que tem em legislação nacional é de tipificar um caso de violência e depredação com máscara, bom, ele é mais grave, porque ele foi premeditado, e a pessoa se preparou para não ser identificada.

O problema, portanto, é que nós podemos cair numa repressão, num cerceamento de liberdades que é inconstitucional, mas para além do debate legal, que é muito perigoso.

Eu poderia fazer uma outra analogia. Nós tivemos violência contra meninas na universidade, no ano passado, porque elas estavam de minissaia. E aí pode haver o entendimento de que é bom que se proíba a minissaia para que não aconteça violência, porque alguns afirmavam e afirmam – os machistas e outros tantos que ainda acham que as mulheres são responsáveis pela violência que sofrem – que são as mulheres que provocam a violência; então, vamos proibir a minissaia! Quiçá vamos proibir o quê para

---

não acontecer a violência no futebol? As torcidas se reúnem sem máscaras, na maioria das vezes, e praticam violência, e praticam depredações.

Portanto, senhores, parece-me que o Código Penal não tipificou como crime usar a máscara, exatamente porque ela tem muitos sentidos. Agora vem o carnaval e muitos usarão máscaras. Quem disse que é uma manifestação cultural e não poderá ser uma manifestação política e predatória. Portanto, me parece que esta Casa precisa refletir melhor sobre esse tema. Não me parece uma medida que considera, de fato, os movimentos sociais como eles são – genuínos, legais –, e considera caso de polícia ser identificado pela polícia, pelo que está previsto no Código Penal e pelas armas que são possíveis dentro do que a nossa Brigada e a nossa segurança já têm condições de fazer e que não é, necessariamente, impedir que o povo seja livre para se manifestar como quiser.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 312/13.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; quando o pai do estado moderno, Montesquieu, concebe a divisão dos poderes em executivo, judiciário e legislativo, começa a se desenhar ali o que a gente chama de sistema de pesos e contrapesos, que é a regulação da própria democracia e do Estado Democrático de Direito.

No jornal Zero Hora de sábado, o nosso colega, Jorge Barcellos, que é funcionário aqui da Câmara de Vereadores e é um intelectual de primeira grandeza – nós temos a felicidade de ter um colega desse quilate aqui na Câmara –, escreve a respeito do projeto de lei do antiterrorismo que tramita no Congresso. Ele discorre, Ver. Villela, acerca dos perigos de nós tipificarmos ou avançarmos numa legislação com esse viés. Eu tendo a concordar com praticamente tudo o que o Jorge escreveu. A minha única discordância, e que é definitiva, é que a aplicação daqueles dispositivos não se dá pelo Executivo, aí sim nós teríamos o risco do arbítrio. Mas o administrador da lei é o juiz, é o Judiciário, a quem se garante total autonomia e independência. A mesma coisa se estabelece, mudando o que tem que ser mudado, aqui. Eu, mais uma vez, quero repetir... Eu estava sem naquele

---

momento, pedi e não chegou, Ver. Idenir Cecchim e Ver.<sup>a</sup> Lourdes, o nosso estatuto. Ele diz o seguinte sobre os princípios básicos da nossa atuação, como é que nós, inclusive o Presidente Garcia, precisamos nos conduzir politicamente: “O compromisso fundamental do PMDB é com a democracia, princípio primordial e inarredável. A inspiração central do programa do partido sempre foi a de lutar pela democratização da vida brasileira nos planos político, social e econômico. A democracia é um instrumento insubstituível para assegurar a dignidade humana e a justiça. É importante evitar retrocessos políticos, consolidar e aprofundar as conquistas democráticas.” Esse é o nosso estatuto, essa é uma pedra de toque, e nós estamos vinculados a esse compromisso. Por que alguém que acredita em um ideário liberal pode, pela força, impor as suas ideias? A mesma pergunta se faz: por que quem acredita num ideário comunista pode, pela força, impor as suas ideias? Por que nós podemos acreditar que algum ou alguém seja o detentor do monopólio da ética, do bem comum, do interesse coletivo? O arbítrio tudo permite. Outro dia, eu vi uma entrevista, e alguém dizia que a democracia deveria ser considerada – e deve ser considerada – um direito humano inafastável, inalienável porque nós temos que ter o direito de escolher os nossos caminhos. Mas nós não podemos ser conduzidos como gado, Sr. Presidente, num brete, pela força.

Eu queria, por favor, projetar a imagem. Uma imagem fala mais do que mil palavras. (Projeção de imagem.) Esta é a Prefeitura Municipal na primeira manifestação!

(Aparte antirregimental.)

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Que bom que tem um sem máscara! Porque este sem máscara é possível que se identifique, pois depredaram 40 vidraças do Paço Municipal. Havia uma tática muito bem posta – e que eu observei – que era a seguinte: quando o Choque se estabelecia, um primeiro grupo sentava enfileirado na frente, um segundo grupo vinha e começava a oferecer flores, fazendo um cordão de isolamento. Atrás desse grupo, um outro grupo – que é este –, com paus e pedras, começou a atacar a Prefeitura Municipal. É a essa conduta que nós estamos nos referindo, não ao direito sagrado de se manifestar, porque eu, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, fui cara-pintada! Eu estava lá, estudante universitário, e nós enchemos o Largo Glênio Peres. Quando eu cheguei a Porto Alegre, com 14 anos, eu estava no comício das Diretas, eu assisti ao Brizola, ao Covas, ao

---

Arraes, todos os que foram para lá para defender, Jussara Cony, as Diretas. Ninguém precisou quebrar nada. Derrubamos um regime militar sem precisar quebrar nada. Mas será que nós precisamos quebrar contêineres? Será que nós precisamos agredir pessoas? Será que nós precisamos nos valer da violência como forma de afirmação de ideias? Nós não podemos nos esquecer dos precedentes históricos, de que a violência gera violência, de que não há ação sem reação correspondente e na mesma intensidade! Esse é um princípio físico de Newton. As pessoas, parece, que esquecem da história, do que nós passamos no Brasil agora, pouco tempo atrás. É possível nós constituirmos e construirmos os avanços de que o Brasil precisa? É, claro que é! Eu tenho fé nisso! Mas é possível, Ver. Janta, é possível, Ver. Cleiton, com as consciências livres, com a livre manifestação do povo; não com cerceamento, não com constrangimento, não com a violência, e não com o fascismo! Porque os protestos que nós vimos e a forma violenta de jogar estrume, de jogar pedra, de quebrar, de usar pau, ir para o pau e para o enfrentamento com as polícias, isso não é democracia, isso é fascismo! E esta Casa, ante o fascismo... porque a origem desta Casa, a natureza desta Casa, nós somos um Poder desarmado, e nós somos o mais genuíno dos Poderes! E, porque nós somos um Poder desarmado, nós fomos invadidos por aqueles que souberam se organizar e se valer da violência. Então, se de algum lugar, Sr. Presidente, precisa partir um rotundo “não” a qualquer ameaça à liberdade e à democracia, que é o que aqui nos traz, este rotundo “não” precisa sair exatamente do Parlamento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Aprego a Emenda nº 01, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, ao PLL nº 312/13.

Aprego Requerimento, de autoria do Ver. Alberto Kopittke, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLL nº 312/13.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Presidente, a Ver.<sup>a</sup> Mônica, autora desse projeto, pediu que eu me retratasse sobre a expressão “cara de pau”. Eu concordo, me exasperei e transmito aqui as minhas desculpas porque esse não é um debate pessoal, é um debate de ideias. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Obrigado, Vereador, agradeço a gentileza. Eu acho que o Parlamento se faz dessa forma, por isso que sempre peço que, dentro do possível, não se pessoalize. Quero parabenizá-lo e sei que a Ver.<sup>a</sup> Mônica também já aceitou a retratação.

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLL nº 312/13.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Guarda Municipal, funcionários, colegas desta Casa, público que aqui nos assiste; eu confesso que tenho muitas dúvidas em relação ao projeto, e essas dúvidas me levaram a refletir, refletir. Eu participei do movimento estudantil e vejo aqui muitos que também participaram nas ruas. Eu sempre cito um momento muito especial na minha vida, no meu encaminhamento em algumas ações, que foi o momento em que a Jussara Cony estava lá, de cara limpa, em cima de um palanque; foi a data em que decapitaram um soldado da Brigada Militar, e a Jussara, quando viu a invasão – todos corriam –, ela abraçou, com abraço de mãe, com abraço de leoa, os que ali estavam brigando contra o autoritarismo, contra um Estado que não era verdadeiramente democrático. Então, fiquei com esta marca e me emociono quando relembro da imagem daquela mulher corajosa.

Muitas vezes, mesmo não parecendo – agora estou de cabelos brancos –, fui para as ruas, num período de exceção muito pior do que este, quando eu era presidente de grêmio estudantil na década de 1970.

E aqui estava refletindo sobre o ir a manifestações com máscara ou sem máscara.

Vejam bem, senhores, tivemos aqui algo que nem chamo de invasão, mas a tomada de um espaço, que é um espaço público, democrático, aqui na Câmara, pelo Bloco de Lutas. E, aqui, senhores, o Lucas, o Brizolinha, o João, o Daniel, o Mateus, a Lorena, estiveram, de cara limpa, porque estavam defendendo o que era o ideal de uma juventude, o ideal de uma história de lutas. E não só o Lucas, não só o Brizolinha, mas os presidentes de DCEs, os presidentes de coletivos, pessoas envolvidas com movimentos estudantis e com os coletivos – e de cara limpa! Então, quando se diz que os índios não vão poder... Mas os índios não usam máscaras, os índios vão lá e mostram a que vieram, como

---

entraram lá no Congresso e mostraram para que vieram. Os gays não precisam de máscara, se quiserem tiram o adorno, mas estão aí na luta para mostrar por que vieram. Então, senhores, o que se vê, na verdade, é uma meia dúzia que não é militante, que está aí com outro sentimento, porque quem realmente quer se manifestar mostra a cara. E há pouco nós estávamos aqui conversando sobre um projeto que é de identificação da Guarda Municipal. Se é para identificar a Guarda Municipal, muito justo, acho que é correto; é para identificar a Brigada Militar, é muito justo, é correto; se é para identificar a Polícia Civil, é muito justo, é correto. Mas então que também se identifique quem está na luta, numa luta justa por manifestação, por uma maior democracia, por, quem sabe, passe livre, por um Congresso novo, por políticos que tenham realmente ideais, por, quem sabe, para terminar com essa farra de alguns políticos, mas que se vá à luta de cara limpa! Muitas vezes se fala aqui em machucar, prender e bater, mas não se fala, senhores, da policial militar que foi morta trabalhando, lá no Rio de Janeiro; não se fala do policial militar que está de cama para o resto da vida, que foi agredido no episódio do Tatu-Bola; não se fala no trabalhador da banquinha de revista – que é trabalhador! – que foi quebrada; e não se fala da oficina de motos que foi quebrada. Não se fala dos vários e vários locais que foram quebrados. E eu sei que não é essa a luta de quem está na rua. Eu estava no movimento, eu estava na passeata e alguns mascarados subiram em cima de uma parada de ônibus na Av. João Pessoa, e o pessoal gritava em coro: “Desce! Desce! Desce!” E aí, um rapaz mascarado, quando chegou na frente do Julinho, queria pichar e eu fui ali e conversei com ele: “Tchê, não picha! Por que pichar? Qual é a moral disso aí?” Ele deu uma volta, me deu um “godô” e pichou. “Bah, levei desse delegado, levei desse otário!” Tudo bem. Mas manifestações, senhores, têm que ser de cara limpa. Vamos pintar a cara, mas não de máscara. Porque quem está de máscara, na verdade, tem um outro sentimento. Na verdade, tem um outro sentimento. E não é o sentimento de estar na luta em nome do povo. Quem está na luta tem que estar de bandeira, tem que estar de faixa, tem que estar de cara limpa, tem que vir aqui gritar, tem que tapar isso aqui e gritar por que é que eu quero que tenha passe livre, por que é que eu quero que haja universidades livres, por que é que eu quero cotas! Mas tem que vir aqui de cara limpa gritar, e tem que ir à rua gritar de cara limpa e não usar desse subterfúgio para assassinar, para esculhambar, inclusive com o que está acontecendo de bom nessas manifestações. E digo mais, a cara limpa, para quem faz a defesa, não é só para os

---

---

movimentos de esquerda, mas também para os movimentos fascistas de extrema-direita – cuidem bem disso! Cara limpa a gente identifica, cara limpa não tem gente infiltrada, não tem gente de direita, não tem gente de esquerda, de extrema-direita e de extrema-esquerda. Cara limpa a gente identifica! E é isso que nós queremos. Obrigado, senhores. (Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 312/13.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro, eu queria dizer ao Presidente do PMDB de Porto Alegre, Ver. Valter Nagelstein, que ele foi muito feliz em ler o Estatuto do nosso Partido aqui e dizer que doutrina nós seguimos. Parece singelo isso, Ver. Valter Nagelstein, mas não é. É importante, porque tem muita gente que se guia por doutrinas estranhas. Nós nos guiamos pela doutrina do PMDB, do nosso Estatuto, enquanto Parlamentares. Eu o ouvi atentamente, Ver. Delegado Cleiton, V. Exa. foi muito feliz hoje. Eu acho que hoje, mesmo a autora do projeto, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, não gostaria de ter que votar isso, se nós, no Rio Grande do Sul, cumpríssemos a lei. A Vereadora está fazendo este projeto porque no Rio Grande do Sul é proibido cumprir a lei. Quem proíbe é o próprio Governador! Nós ouvimos agora um delegado, honrado, com muitos serviços prestados ao Estado, e é isso que a grande maioria da Brigada, da Polícia, de quem quer cuidar da ordem pública precisa: identificar as pessoas! Identificar as pessoas! A Polícia é competente, a Brigada é competente, e eu tenho a certeza de que se todo mundo fizesse a sua manifestação pacífica, o Brasil teria ganho mais. Agora, com essa esculhambação que virou, quem é que mais ganhou, Ver. Villela? Foi quem mais perdeu durante as manifestações. Quem mais perdeu? A Presidente Dilma, o PT – toda essa gente estava perdendo, dando a oportunidade de muita gente pensar que isso pode ter sido orquestrado para acabar com esse movimento pacífico. Muita gente tem o direito de pensar isto: que esse negócio de cara-pintada escondida, não é aquela cara-pintada, é outra cara-pintada, que provavelmente tenha sido orquestrada. Eu já tenho dúvida. Muita gente me fala, acho que isso foi orquestrado para parar de baixar a popularidade de quem está no comando. Será que não foi isso? A popularidade vinha caindo vertiginosamente. Caía, caía, caía e cada vez mais

---

pág. 51

---

engrossavam as manifestações. Uma das maneiras foi botar máscara nos mal-intencionados. Mal-intencionados! E essas máscaras acabaram com as manifestações ordeiras pelo País afora. Acabaram com as manifestações ordeiras, mas há culpados, sim. No Rio Grande do Sul é o Governador Tarso Genro que não deixa a sua polícia, a sua Brigada cumprir a lei, proíbe a polícia e a Brigada de cumprirem a Lei. E nós tivemos todos esses prejuízos, todos esses prejuízos que nós tivemos aqui em Porto Alegre, todos esses quebra-quebras, quebra de banca de revista, quebra de vitrine de loja, quebra de lojistas, foi culpa do Governador Tarso Genro que proibiu a sua polícia e a sua Brigada de cumprirem a lei. Por isso nós estamos discutindo hoje uma lei para coibir isso. Não seria necessário, se, no Rio Grande do Sul, fosse cumprida a lei de coibir o que se faz de errado, sejam de direita, esquerda, branco, preto, vermelho, não importa, gremista ou colorado; fez errado tem de se identificar e tem de ser feito o tal do B.O. Um simples B.O., mas identifica quem é. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 312/13.

**O SR. ALBERTO KOPITTKE:** Esse debate realmente é importante, merece de nós todo o diálogo e discussão. Mesmo aqueles que concordam com o projeto, sei que sabem que o assunto que estamos tratando é da mais alta importância, mesmo que não tenha nenhuma função concreta o projeto, mas o fato de esta Casa votar uma lei que proíbe, por parte do Município... A Guarda Municipal agora – onde está o colega Cleiton? – vai poder fazer inquérito policial e policiamento ostensivo a partir desta análise aqui de que o Município pode restringir tudo, pode fazer poder de polícia, pode fazer tudo.

Acho que o colega Cecchim não sabe, mas a Polícia Civil tem hoje 37 inquéritos instaurados. Eu confio na polícia, eu confio na Polícia Civil. Aliás, chamo atenção ao Delegado Cleiton de que, nos regimes autoritários do Brasil, a primeira instituição cujo comando autônomo sempre foi suprimido foi a Polícia Civil, então tem que ter muito cuidado nesta discussão, porque eu acho que as nossas polícias e as nossas instituições têm todas as condições, dentro das suas funções, de manejar esta situação e a resolverem. É simples assim: eu confio no Estado Democrático de Direito para tolher os

---

excessos. Aliás, é bom dizer, pois há pessoas aqui fazendo um falso debate – não todas que defendem o projeto –, pois dizem que todos os que são contra o projeto são a favor de mascarados. Esse debate é antigo na história do Brasil: todos aqueles que não eram a favor do golpe eram a favor da ditadura. Esse é um falso debate que vou ter por bem ignorar, mas é importante chamar atenção para ele, porque somos contra os mascarados e contra a restrição do direito de livre expressão e manifestação. É simples!

Na segunda manifestação grande aqui em Porto Alegre, eu fiquei uma semana com o braço roxo porque tomei um taquaraço de um mascarado que vinha, provavelmente, de uma academia da Cidade, porque ele se agarrou a uma militante do PT e a obrigou a tirar a bandana que ela tinha nos cabelos com a estrela do PT. A sede do PT foi atacada três vezes, inclusive na quinta-feira, por um mascarado, mas nem por isso eu caio na tentação de defender a restrição de um direito individual, porque eu confio que o Ministério Público, que a Polícia Civil, que a Brigada Militar têm condições de resolver, e nós não estamos à beira de um golpe. Por isso que não precisa se criar uma lei antiterrorismo, por isso que não precisam se criar leis municipais de restrição ao livre direito de manifestação. E o Ver. Mario Manfro fez uma pergunta: por que seria necessário usar máscara? E eu concordo plenamente que hoje não é necessário usar máscara; pelo contrário, eu também acho que quem usa máscara está mal-intencionado, mas é que os direitos individuais não servem para esse tipo de momento em que a democracia está funcionando, mesmo que alguns não gostem disso. Os direitos servem contra os regimes autoritários – e eu esperei a minha fala individual para expressar a opinião aqui. Na Venezuela, que os senhores tanto criticam, a máscara foi proibida pelo regime que lá hoje está. Em Cuba, não pode máscara, porque não pode se fazer manifestação. O direito individual tem que servir sempre, independente da situação. É para isso que ele serve. E aqui está a contradição dos senhores, daqueles que chegaram a incluir num projeto que só pode ter manifestação mediante a autorização policial. É isso que está no projeto, senhores: só pode fazer manifestação se a Polícia deixar; se este projeto tivesse algum tipo de factibilidade. Eu fico preocupado, se a Senadora Ana Amélia, por exemplo, vier a ser eleita – e é um direito que ela tem –, imaginem se o Heinze vira Secretário de Segurança, ou o Alceu Moreira, que disseram para usar todo o tipo de força contra gays, quilombolas. Eu tenho medo disso! E nesse dia eu vou para a rua, mesmo que essas pessoas incitem a violência. E vou achar necessário nesse dia, que eu espero que não aconteça, que jamais a Brigada

---

pág. 53

---

Militar vire aparelho ideológico novamente neste Estado, nesse dia, vocês vão lembrar que a máscara é importante para defender a democracia.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, eu só quero referir que o Deputado Alceu Moreira, Deputado Federal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, não fez nenhum discurso de incitação ao ódio. Simplesmente, o Deputado Alceu Moreira disse que a continuarem a produção de laudos – e é importante esse esclarecimento – que sejam parciais, forjados, que não representem ou contrastem absolutamente a veracidade ou a verdade, é importante que as pessoas democraticamente se organizarem para resistir – democraticamente se organizem para resistir!

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Está feito o registro, Vereador.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLL nº 312/13.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Presidente Garcia, Vice-Presidente Mauro Pinheiro, nas pessoas de V. Exas., que estão conduzindo os trabalhos da nossa Sessão de hoje, quero cumprimentar os demais Vereadores e Vereadoras, o público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, as senhoras e os senhores; acredito que toda esta situação que estamos vivenciando hoje aqui – agradecendo à Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal que nos proporciona um debate a respeito deste assunto – é algo muito presente, e quem dialoga com o futuro enxerga que, ali adiante, vamos ter, em breve, outras situações de protesto em função da Copa do Mundo, e me parece realmente acertado que possamos, aqui em Porto Alegre, tentar evitar que o anonimato se estabeleça e que, obviamente, a partir do anonimato, as pessoas possam ultrapassar o alambrado, eu diria assim. Eu digo isso aqui com muita tranquilidade, eu ouvi todos os oradores que me antecederam, uns a favor, outros contra, e eu quero aqui invocar o art. 5º, inciso IV, da Constituição Federal, que diz que é livre a manifestação, sendo vedado o anonimato. Então, eu quero dizer que as manifestações são legítimas, e nós queremos aqui apoiá-las, mas o que não pode acontecer é o manifestante atrás da máscara se aproveitar do anonimato para depredar, para quebrar, para botar fogo. Nós somos contra isso. É nesse sentido que queremos acompanhar aqui

---

a iniciativa da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, não desrespeitando aqui aqueles que entendem que são a favor de as pessoas se manifestarem de máscara. Mas justamente hoje existe toda uma comoção no País e um movimento para que as pessoas assumam as suas posições, inclusive no Congresso, no Senado, na Câmara, hoje, o voto aberto, mal comparando, traz o viés de retirar a máscara daqueles que têm uma posição a ser tomada em caráter público.

Então, eu quero dizer – e o nosso entendimento é este – assim: as pessoas podem se manifestar, elas podem, inclusive, quebrar e botar fogo, elas podem incendiar, elas podem depredar, elas podem pichar, mas não de máscara! Porque quem assume a responsabilidade e a consequência dos seus atos e não tem vergonha do que faz, não precisa se esconder no anonimato. Quer botar fogo, quer depredar, quer quebrar? Pode fazer, mas não de máscara.

Eu quero até trazer aqui uma situação – está aqui o Ver. Brasinha –, na semana passada, a Presidente Dilma esteve aqui, Ver. Villela, e anunciou-se nas redes sociais – os Black Bloc, enfim – que iam fazer uma manifestação lá no Beira-Rio. Sabe o que aconteceu? Entraram os *Red Blocs*, dizendo que lá no Beira-Rio não iam jogar uma pedra, que não ia acontecer nada lá. Em quinze minutos, os *Red Blocs*, os colorados, disseram que lá no Beira-Rio não ia ter manifestação nenhuma. E sabem o que aconteceu? Esvaziou-se a manifestação, os Black Blocs sumiram com medo de apanhar dos colorados! Então, está na hora de termos um pouquinho mais de postura.

Eu quero aqui cumprimentar o Ver. Idenir Cecchim, que faz uma menção de que a Brigada é importante, ela tem que cumprir o seu papel neste momento para que não acabemos, daqui a pouco, enfrentando uma situação que vá nos levar para brigas de rua, uma torcida organizada brigando com a outra, enfim, situações que possam sair do controle. Então, temos que ter muita responsabilidade e nós não podemos aqui dar um atestado e um cheque em branco para que as pessoas se manifestem em Porto Alegre mascaradas.

Então, vamos acompanhar, sim, a iniciativa da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Quem quiser se apresentar, ir para a rua levantar a sua bandeira, que o faça, mas que tenha vergonha na cara e mostre a cara! Porque quem tem vergonha na cara não se esconde atrás de máscara! Este é o nosso entendimento, esta é a nossa posição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Obrigado, Ver. Márcio. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 312/13.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, aproveito todo esse imbróglio ideológico, imbróglio de piratas e não piratas, de zorros, de robin hoods para apresentar, nesta Casa, uma Moção de Repúdio a qualquer projeto de lei ou norma que discipline as manifestações de caráter artístico, político, cultural ou qualquer outra que venha de organizações ou da espontaneidade do povo brasileiro, que esteja em tramitação no Congresso Nacional ou venha a ser apresentada pelo poder executivo federal, pelo motivo de que as liberdades de pensamento em manifestações são fundamentadas na democracia e na defesa das instituições brasileiras, que foram conquistadas na Constituição de 88, no enfrentamento que o povo brasileiro teve pelos direitos, pelas garantias e por uma vida melhor. Solicito que essa Moção seja encaminhada ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Ministério Público Federal e à OAB.

Sobre a questão das máscaras, eu acho que ela já foi discutida e debatida aqui. Agora, eu pergunto aos colegas Vereadores e ao povo que nos assiste: se no jogo, em Brasília, entre Corinthians e Vasco, onde pessoas foram machucadas, se os torcedores do Corinthians ou do Vasco estivessem de máscara, eles seriam punidos? Eu pergunto se no último jogo do campeonato brasileiro do ano passado, Atlético Paranaense e Vasco, onde quatro pessoas foram para o hospital, uma em coma, se os marginais – e marginal tem em tudo quanto é lugar, tem com máscara, tem sem máscara, tem marginal com gravata, sem gravata, marginal tem em tudo quanto é lugar –, se os marginais que estavam naquele jogo estivessem com máscaras, seriam identificados?

A invasão que aconteceu no CT do *Corinthians*, que machucaram um jogador até – um jogador, gente! Eu nunca vi alguém ser mais idolatrado neste País que jogador de futebol. Ele ganha para fazer aquilo ali, e as pessoas o idolatram. Ninguém fica brabo quando um pai de família morre, ninguém fica brabo quando um pai de família é ofendido pela alta carga tributária, ninguém fica brabo quando a gente trabalha até o mês de maio para pagar impostos, mas, quando queimaram a camisa do Pelé, foi uma comoção nacional. Eu quero que o Pelé se exploda! O Pelé nunca se posicionou neste País. Nós vivemos

---

---

uma ditadura, e o Pelé nunca levantou um dedo para falar em defesa do povo brasileiro. A única declaração do Pelé foi sobre as criancinhas do Brasil. Aí todo mundo fica chocado porque atingiram o Guerrero, mas identificaram quem bateu no jogador do *Corinthians*, porque estava sem máscara.

Eu acho que nós não estamos aqui para defender marginais, mas para defender o espaço e o direito democrático para o povo brasileiro se manifestar, ir para as ruas reivindicar contra ou a favor do aumento de passagem, e aconteceram casos absurdos. Se o cara que matou o jornalista estivesse de máscara, ou de calça – porque identificaram o vivente por causa da tatuagem na perna –, e então nós vamos dizer que, nas manifestações, agora, é só de bermuda porque fica fácil identificar, já que, hoje em dia, é moda ter tatuagem nas pernas. Então essa discussão é muito relevante. Mas não podemos permitir que quem faz lei, realmente, neste País, que quem determina a punição e o que tem que ser feito no Brasil, que é o Congresso Nacional e a Presidência da República... E não vi ninguém se manifestar contra isso aqui, nesta Câmara, até agora. A Ver.<sup>a</sup> Fernanda, é verdade! Mas não vi mais ninguém se manifestar sobre esse projeto que está no Congresso Nacional e que é pior que o projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica. É pior ainda, muito pior!

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony.)

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** A Ver.<sup>a</sup> Jussara também está se manifestando contrária. Conforme a minha Central Sindical que eu presido, e o meu Partido, ao qual sou filiado e dirigente aqui, é um AI-5, um novo AI-5 o que está no Congresso Nacional.

Então, eu acho que vários crimes envolvendo pessoas foram resolvidos porque as pessoas estavam sem máscaras. Agora, nós temos que cuidar muito aqui, nesta Casa e em todas as casas parlamentares, o direito de as pessoas se manifestarem, usarem o microfone, estarem nas ruas protestando. Com força e fé nós vamos melhorar a vida do povo, com máscara ou sem máscara.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLL nº 312/13.

---

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, realmente, eu sou simpático ao projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica, mas eu quero começar por onde o Cecchim parou. Por que, Ver. Cecchim? Eu quero dizer para o senhor que o Governador não é culpado de nada! O Governador não é culpado porque o Governador não manda baderneiro atirar pedra, quebrar tudo, eu tenho certeza absoluta que jamais o Governador faria isso. Jamais! E o cidadão que é baderneiro, que faz a baderna, Ver. Villela, ele já começa de nascença, ele começa na casa do cidadão. A educação tem que começar lá. Por que não se faz protesto de máscara, eu acho que não deve fazer. Eu acho que o cara tem que ir de cara limpa fazer o protesto. Eu fiz um protesto no Grêmio, fiquei lá na frente, o Danrlei sabia, tiramos o Danrlei, que era o goleiro do Grêmio; o Tarciso lembra quando eu fiz esse protesto, e eu não botei máscara na cara para fazer um protesto; e o Danrlei, que é um ídolo da torcida do Grêmio. Então, eu quero dizer para os senhores que, realmente, a baderna começa na casa. Eu quero dizer para você, que está com esta máscara, eu não tenho nada contra você, mas eu acho que, se você tirasse essa máscara, ia ficar mais bonito...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Não tem problema, meu amigo. Eu não estou de cara limpa falando contigo? Por que não tira a máscara então? Aqui você não está falando com quem anda com dinheiro na cueca porque eu nunca peguei nem uma diária desta Câmara aqui. Então eu quero dizer para o senhor, se o senhor quer debater eu saio ali para fora.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Ver. Brasinha, por gentileza!

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Vereador, Professor Garcia, aí tem a minha Bancada, o Ver. Roni, o Ver. Paulinho Brum, que também são favoráveis ao Projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica, mas eu quero dizer para ela que vou votar no seu projeto, mas não começa achar que o Governador é culpado. Não começa achar que o Governador é culpado. Por que o Governador não vai mandar a Brigada Militar sentar o sarrafo neles; o Governador não vai mandar a Polícia Civil baixar o sarrafo neles. Então, quero discordar da palavra do meu amigo, Ver. Cecchim, que é um Vereador atuante, um Vereador que trabalha pela

---

comunidade: o Governador não tem culpa dessas badernas que acontecem na rua, porque baderneiros saem para quebrar, saem preparados de casa, Ver. Villela, eles saem já com esse pensamento. É o mesmo com o cara que está de revólver ou está levando rojões, ele já sai preparando, pensando em fazer esculhambação, e assim acontece em jogo de futebol. Lá no Grêmio, graças a Deus, não tem nada mais de briga. Por quê? Os caras já identificaram quem faz baderna, e o baderneiro não pode estar junto, não pode conviver junto. Não pode, Ver.<sup>a</sup> Fernanda. Eu não sou contra as pessoas, porque o cidadão que pensa bem e quer fazer o seu protesto tem total direito e apoio até de mim também, mas desde que seja sem máscara. Obrigado, senhores!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 312/13.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Esta tática de criar falsas polêmicas é uma tática bem antiga neste Parlamento e em muitos Parlamentos. Nós não estamos discutindo aqui como cada um protesta ou não protesta, como cada um gosta ou não gosta de protestar. Nós estamos discutindo aqui, independente de como a gente protesta, a proibição e o cerceamento das liberdades da coletividade. E eu tenho muita tranquilidade de falar. Eu milito há mais de 15 anos, participei de muitos protestos na vida; participei de muitos protestos contra o Governo do PMDB, do Britto, que privatizou o nosso Estado; participei de muitos protestos contra o aumento da passagem, desde o tempo em que o PT era da Prefeitura de Porto Alegre e, depois, com o Fogaça e o Fortunati; participei de muitos protestos dentro da universidade; participei da ocupação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que conquistou cotas, que conquistou ampliação da Universidade, que conquistou uma série de direitos para os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em todos esses protestos eu nunca usei máscara, os nossos militantes do PSOL, inclusive do movimento Juntos, e outros movimentos não costumavam usar máscaras nos protestos que aconteceram em junho do ano passado, e depois, em 2014. Mas, independente do jeito que eu gosto ou não de protestar, eu já vi muita máscara em protesto, muita máscara colorida da juventude; já vi, em 2005, num ato contra o Mensalão, máscara do Zé Dirceu, para combater a roubalheira e o Mensalão, num ato

---

---

democrático, num ato tranquilo, num ato colorido da juventude. A máscara mais vendida hoje no Brasil é a máscara do Joaquim Barbosa, e esta estará criminalizada pelo projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal; e a máscara do V, de Vingança, que é um filme símbolo das mobilizações, que apareceu como contestação desse regime apodrecido. E tem muita gente que não usa máscara no rosto, mas tem muita cara de pau para fazer demagogia e, ao mesmo tempo, sentar nos parlamentos e defender interesses empresariais.

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.)

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Não, não é, se engana muito.

Eu queria mostrar aqui uma foto dos caras-pintadas. (Mostra fotografias.) Todos esses que agora dizem que são a favor do projeto da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, alguns que se referiram que eram a favor dos caras-pintadas, mal sabem que estão votando em um projeto que proibiria os caras-pintadas, porque diz que estará vetada qualquer forma de ocultar o rosto – está escrito no seu projeto. Os caras-pintadas não existiriam com um projeto como este aprovado, porque seria impossível ocultar o rosto. Na Parada Livre, onde muitos usam máscaras de carnaval para levantar as bandeiras LGBT, elas estarão proibidas, de maneira demagógica, na minha opinião, porque a polícia pedirá a identificação daquele cidadão, como poderá fazer com qualquer um de nós. Se qualquer agente de segurança chegar aqui e pedir a identificação de qualquer cidadão, este tem que se identificar. Então é um projeto inócuo! No Rio, este projeto foi aprovado e o único preso foi o Batman, um trabalhador que se veste de Batman para protestar pacificamente! O único, de tão patética que foi a política de segurança pública!

Eu quero dizer que não é a máscara ou não que justifica se discutir ações isoladas de depredação e violência, porque vocês sabem que nós não concordamos. Aliás, vocês sabem que a mobilização não concordava, que jovens vaiavam, rechaçavam! O problema não é a máscara ou não, o problema é que tem muita gente que quer criminalizar os protestos desde o início. Eu me lembro de vários, desde abril, que subiam à tribuna para chamar os jovens de baderneiros, e quando dois milhões estiveram nas ruas, tiveram que ficar em silêncio, assim como o Arnaldo Jabor que disse que os manifestantes não valiam vinte centavos. E, quando as redes sociais furaram os bloqueios, teve que se retratar porque viu que o povo está cansado, que a juventude estava nas ruas. Tiveram que

---

engolir as suas línguas, a sua visão conservadora, reacionária e o medo que muitos desses políticos têm do movimento de massas quando ele entra em ação, e quando os jovens, os trabalhadores e o povo pegam a política nas suas próprias mãos e denunciam os políticos e os governos que defendem os ricos e os privilegiados.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezenove Vereadores presentes. Há quórum.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Nereu D'Avila, ao PLL nº 019/09.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Nereu D'Avila, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 019/09 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 312/13.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Eu subo mais uma vez aqui amparado pela Constituição Federal, mas o Ver. Alberto pediu para que se lesse o projeto, eu já tinha lido na Comissão de Constituição e Justiça, e ele, realmente, é problemático. Primeiro, quem está acompanhando este debate, seja de casa ou aqui presente, está acompanhando o rumo de irracionalidade que o debate tomou. Porque ninguém aqui, oposição, situação, nenhum Vereador aqui concorda que uma pessoa cometa crimes, muito menos que se utilize de máscaras para cometer crimes, que, aliás, já é vedado, como sempre se falou e se fala aqui, o anonimato pela nossa Constituição Federal. Portanto, qualquer pessoa pode ser detida para ser identificada. Já é assim, a lei já prevê isso, nisso não há ofensa nenhuma a direitos individuais e já se faz. Se não se consegue fazer e evitar crimes, é por

---

uma questão de logística, de quantidade de efetivo, enfim, de não conseguir ter um alcance desejável.

Mas a proposta de lei trazida aqui a este debate, lá no seu parágrafo 2º, inciso IV, diz que toda manifestação necessitará ser feita mediante prévio aviso à autoridade policial. O Ver. Alberto já nos propôs, e a Bancada assinou uma emenda suprimindo esse inciso. A Constituição Federal diz que é necessário ser exigido prévio aviso à autoridade competente, ela até usa um termo importante, ela diz: “todos podem se reunir pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.” O projeto diz: “mediante prévio aviso à autoridade policial.”

Ver.<sup>a</sup> Mônica e quem nos assiste, eu vou trazer um caso pessoal: eu ajudo a organizar inúmeros passeios ciclísticos, mas poderia ser uma manifestação de uma associação de bairros, uma manifestação política, cultural, enfim, qualquer tipo de manifestação na via pública ou num espaço público. Eu recorro sempre à EPTC, que, nesse caso, no Município de Porto Alegre, é a autoridade competente a que eu tenho que informar. Eu tenho que informar à EPTC os passeios ciclísticos para cuja organização nós contribuímos.

Pois bem, Ver. Alberto, sempre encontro um sujeito dentro da EPTC, cujo nome não sei, um sujeito muito gentil que, quando eu entrego o comunicado – não o pedido de autorização, o comunicado de que acontecerá essa manifestação –, esse servidor público me diz: “O senhor deverá aguardar três dias, e nós analisaremos se será possível autorizar a sua atividade.” E eu sempre ressalto a mesma questão para esse servidor público: “Eu não estou aqui pedindo autorização, estou informando. Se não houver uma outra manifestação agendada para esse mesmo trajeto, o senhor, como autoridade pública, não tem o que vedar. Está garantido aqui, na Constituição: “desde que não frustre outra reunião, outra manifestação convocada para o mesmo local.” Portanto, nós aqui estamos criando... Eu, a partir de agora – eu e toda a população de Porto Alegre que quiser fazer uma manifestação –, terei que ir à EPTC e à autoridade policial.

**O Sr. Valter Nagelstein:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu tenho respeito por V. Exa., eu acho que V. Exa. é um Vereador que tem tido uma atuação muito

---

comedida e bastante racional sempre. Mas, realmente, hoje é um dia excepcional, presidido, infelizmente, às vezes, por uma certa irracionalidade ou uma passionalidade que absorve, inclusive – com todo o respeito –, V. Exa., porque tem um projeto seu, Ver. Sgarbossa, que é o Projeto nº 3.409, que eu vou ler aqui: “Obriga a identificação visual do nome, do sobrenome, do tipo sanguíneo, do número da matrícula nos uniformes dos servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo da Guarda Municipal.”

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Perfeito, isso mesmo.

**O Sr. Valter Nagelstein:** V. Exa. está determinando que tem que ter nome, sobrenome, tipo sanguíneo, todas as informações.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Todas as informações.

**O Sr. Valter Nagelstein:** Então, me desculpe, mas há uma profunda incoerência entre o projeto de lei que V. Exa. está propondo e a argumentação que está sustentando na tribuna.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Eu só não gostaria de que o senhor tirasse o tempo da minha própria resposta.

**O Sr. Valter Nagelstein:** Obrigado pela democracia que o senhor enseja. Muito obrigado.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Perfeito. O Ver. Valter confunde servidor público com um particular. Aliás, Vereador, eu acho que o senhor não tem me escutado. Em todas as manifestações que fiz sobre o tema, o que eu tenho dito? Que qualquer cidadão pode ser detido para ser identificado. Está escrito na Constituição Federal, está na legislação. Servidor público, Ver. Valter – que deveria me escutar agora, não sei se está me escutando, ou só fez a fala para tentar dar uma cutucada, mas não quer a resposta –, servidor público tem que se identificar, ele é um servidor público. A Guarda Municipal, portanto, tem que se identificar também, perfeito! Mas, na irracionalidade desse debate, o que infelizmente acontece é que, se aprovado este projeto – eu pergunto aos Vereadores

---

e aos que nos assistem –, o que mudará de fato? Se este projeto for aprovado, o que mudará de fato? Nada, Ver. Cecchim! Nada! A polícia tem a prerrogativa de continuar identificando as pessoas, pode continuar fazendo – já faz –, não há sanção nenhuma. O projeto não traz nenhuma sanção. Se quer uma sanção administrativa, poderia ter pensado nisso, uma multa administrativa! Não poderia, mas – eu digo – nem pensou nisso! Nem pensou nisso! Então, vejam que estamos aqui tentando vender uma ilusão para a população. Primeiro, uma falsa dicotomia, que são os a favor das máscaras e os contra as máscaras. Toda a oposição, todos os Vereadores nunca se colocaram a favor do crime e muito menos do anonimato, previsto e vedado na Constituição. Então, vejam que estamos aqui vendendo uma ilusão, Ver. Nedel, e digo que vendemos uma ilusão mais uma vez e, daqui a alguns meses, quando aparecer alguém mascarado na manifestação, essa pessoa olhará e dirá: “Mas então a Câmara de Vereadores não serviu para nada? Eu achei que, com aquela lei que foi aprovada – tomara que não – tudo se resolveria.”

**O Sr. João Carlos Nedel:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, o Código Penal diz claramente: Se ele estiver mascarado, estiver impedindo a identificação, dobra a pena dele, do crime.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Perfeito, Vereador. Lei federal – o senhor reforça o meu argumento –, nós não temos competência nesta Casa pra legislar sobre crimes. Temos competência para legislar sobre matérias de interesse local. Esta não é uma matéria de interesse local. É uma matéria que trata de direitos individuais e, portanto, vedado... É uma cláusula pétrea da Constituição. Vou trazer aqui, eu já tinha lido, mas é importante reforçar. Cláusula pétrea da nossa Constituição diz o seguinte: Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais. Então, estamos aqui rasgando a nossa Constituição Federal. Será objeto de uma ADIn, com certeza, e será mais uma vergonha para esta Casa. A legislação não terá efeitos práticos e ainda terá que ser revogada via Judiciário. Obrigado.  
(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Queremos registrar a presença da ex-Deputada, sempre atuante, Professora Iara Wortmann, Secretária da Educação e Presidente do PPS de Porto Alegre. Seja bem-vinda à nossa Casa, Deputada.

O Ver. Engº Comassetto está com apalavra para discutir o PLL nº 312/13.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, na primeira fala que fizemos aqui, hoje, nesta tribuna, a respeito do projeto, pedimos o adiamento da discussão para que a sociedade pudesse ter um entendimento sobre a real intenção do projeto e da sua real abrangência.

A tendência da Casa, neste momento, é de aprovar este projeto, mas, se ele for aprovado, não vai resolver em nada a vida cotidiana de Porto Alegre e suas manifestações.

Este projeto tem um viés político e uma visão de sociedade que a Ver.<sup>a</sup> Mônica apresenta, do seu Partido, o PP, que tem um DNA político conservador, restritivo, tanto que a Ver.<sup>a</sup> Mônica propõe uma mudança na Constituição. Ninguém debateu isso aqui, a não ser o meu colega Marcelo Sgarbossa. A Constituição diz que as manifestações têm que ser comunicadas à autoridade. O que diz a Ver.<sup>a</sup> Mônica? Que toda manifestação tem que ser comunicada à polícia! Ela já traz um viés policialesco da relação, da sua visão de sociedade. E é isso que está em discussão, porque a utilização do artefato máscara, neste momento, é uma desculpa para trazer este debate para a visão conservadora de sociedade. Se perguntarem a minha opinião, eu acho que nenhum manifestante deveria se esconder sob nenhum artefato; todos têm que se identificar, até porque a Constituição já diz isso. A autoridade tem o direito, tem o poder, melhor dizendo, de identificar qualquer suspeito. Bom, se há uma manifestação com alguém mascarado que está fazendo alguma agressão, vai lá e identifica. Agora, isso é restringir ou não é restringir os direitos individuais? É ou não é restringir o direito da livre expressão? É isso que está em discussão, até porque no Rio de Janeiro eles aprovaram um projeto igual a este. Resolveu alguma coisa? Não resolveu nada. E lá o projeto é inconstitucional. Quem é que disse que é inconstitucional? A Ordem dos Advogados do Brasil de lá. E aqui a Ordem está dizendo a mesma coisa.

---

**O Sr. João Carlos Nedel:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Na argumentação de V. Exa., quando a proponente diz que quer a participação da polícia, é justamente para dar segurança aos manifestantes. Isso eu queria deixar claro.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Obviamente que tem todos os argumentos possíveis. Agora, essa lei já existe nacionalmente, que as manifestações devem ser realizadas mediante um aviso prévio às autoridades. Bem, isso é o que diz a lei nacional. Autoridade pode ser o Prefeito, autoridade pode ser o Governador, autoridade pode ser o Secretário de Segurança, autoridade pode ser o Presidente da Câmara. Agora, quando tu trazes isso para o viés de que tem que comunicar à polícia, isso é uma visão de sociedade, é uma visão policial, é uma visão que... No nosso ponto de vista, o que está em debate aqui não é uma medida de segurança. Essa medida não vai resolver a questão de segurança nas manifestações – não vai resolver em nada! Ela vai restringir um direito individual, um direito de livre expressão das pessoas se mostrarem como elas acham que devem se mostrar. É isso! Agora, aquele mascarado que está lá, do Anonymous, do Black Bloc, ou a autoridade que está na manifestação, no momento em que cometer qualquer irregularidade, qualquer crime contra o cidadão ou contra o patrimônio, tem-se o direito de buscar a sua identificação. E é o seguinte – nós somos a favor e a Presidente Dilma já encaminhou ao Congresso: aumentam as penalidades aos manifestantes que cometerem crimes contra a humanidade, contra o patrimônio. Está bem, quer usar máscara? Use. Cometeu o crime? Tem agravante. Então, o que nós temos que trabalhar aqui? A possibilidade dos agravantes e não a possibilidade das restrições individuais e das restrições coletivas às manifestações. Então, é este o debate que nós estamos fazendo aqui, e volto a dizer que nós, do Partido dos Trabalhadores sempre fizemos manifestações. Eu estava lá nos caras-pintadas quando houve a queda do Collor de Mello. Eu lutei contra a ditadura militar, pela queda da ditadura militar. É óbvio que a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal estava no outro lado naquele momento. É óbvio que nós temos origem diferente e temos DNA diferente. É isto que está em discussão. Nós não podemos permitir que haja um recrudescimento dos direitos civis, das instituições e do avanço da democracia. Aqui nesta proposta, que vai ser inócua sob o ponto de vista da aplicação e da legalidade, o que a Ver.<sup>a</sup> Mônica traz aqui é uma continuidade do debate que o seu deputado Luis Carlos Heinze fez há poucos dias lá no planalto médio. E vai continuar

---

pág. 66

esse debate porque quarta-feira tem a Moção de Repúdio ao Deputado e de apoio aos movimentos sociais. Um grande abraço, e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Registramos hoje o falecimento de Lairson José Kunzler, Vice-Presidente Financeiro da Paim Comunicação que foi morto hoje à tarde num assalto ao chegar em sua residência, na Cavalhada.

**O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento):** Antes de tudo, minha solidariedade com a família enlutada nessa situação trágica que se transformou costumeira em nossa Cidade. Com nenhum temor de ser mal interpretado, às 18h, considerando que a matéria ainda está em discussão e que, enquanto ela estiver em discussão, há a possibilidade de emendas, eu apelo a V. Exa. no sentido de renovarmos a votação relativamente ao quórum da Sessão. Acredito, pelo que verifiquei, não há mais quórum suficiente.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Lairson José Kunzler.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quatorze Vereadores presentes. Não há quórum.

(18h6min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

## COMUNICAÇÕES

---

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.<sup>a</sup> Any Ortiz está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.  
A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, quero comunicar ao plenário a nossa luta para que seja sancionada a lei do artista de rua, que foi uma construção coletiva da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude e da Comissão de Direitos Humanos. Durante todo ano de 2013, vários Vereadores assinaram a lei, aprovada por ampla maioria dos Vereadores; agora, estamos batalhando para que a sanção seja realizada o mais breve possível, em espaço público, com os artistas de rua, buscando garantir aquilo que está na Constituição: a liberdade de organização artística, a liberdade para a apresentação dos artistas, mediante apenas o aviso prévio à autoridade competente, ao mesmo tempo em que a gente garante que o povo da nossa Cidade possa ser belamente surpreendido com teatro de rua, com música, com canções populares, com malabarismo e com todas as formas de expressão cultural.

Já fizemos duas reuniões: uma com o Vice-Prefeito Sebastião Melo, os artistas, a Ver.<sup>a</sup> Sofia e esta Vereadora, e outra na Secretaria Municipal de Cultura, para que seja marcada, o quanto antes, a sanção desse Projeto. É muito estranho, pois acabo de receber uma ligação dos artistas dizendo que a Prefeitura diz não saber onde está o Projeto. Eu não posso crer que a Prefeitura não tenha organização sequer para saber onde está um projeto que foi aprovado pela Câmara e foi enviado, conforme prevê a legislação, para o Paço Municipal para sanção do Prefeito Fortunati, porque os artistas estão esperando. Essa lei foi construída durante um ano. E mais: a Constituição já garantia a liberdade de apresentação artística em qualquer próprio municipal.

Infelizmente, uma visão repressora e uma visão de desrespeito à arte de rua e de desrespeito às manifestações populares e culturais do nosso povo, estava fazendo com que vários grupos fossem atacados. O Oigalê, grupo de teatro conhecidíssimo, que faz arte dentro do Hospital Psiquiátrico São Pedro, um grupo que já participou de vários editais e de várias manifestações artísticas, foi surpreendido por um fiscal da SMAM, no Parque Germânia, fazendo uma peça para a própria Prefeitura.

---

Nós avaliamos que a partir dessas repressões, dessas criminalizações, era necessário fazer um Projeto de Lei, que foi construído a muitas mãos. Quero citar aqui que o Executivo estava, o Maricato estava presente nas reuniões, a SMIC, a SMAM.

**O Sr. Kevin Krieger:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver.<sup>a</sup> Fernanda, eu gostaria de saber – eu não estava nesta Casa – qual é o projeto, para que a gente possa entrar em contato com o Governo e lhe dar o retorno.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Projeto da Lei do Artista de Rua. Foi aprovado; nós fizemos reunião na quarta-feira passada com o Vice-Prefeito. Ficou encaminhado que seria sancionada a Lei e que a regulamentação seria construída, Ver. Kevin, coletivamente: com a Câmara, com os artistas e com o Executivo. Sexta-feira, nós fizemos uma reunião na Cultura, foi muito profícua. Estava o Secretário Cláudio Dilda, o Secretário Vinicius Cáurio, representando a Cultura, e hoje ficou de se dar o retorno da data da sanção.

**O Sr. Kevin Krieger:** Eu vou me reunir com o Vice-Prefeito daqui a pouco. Vou conversar com ele e, na quarta-feira, posso lhe dar o retorno, ou no máximo amanhã.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Eu lhe agradeço se for amanhã, porque os artistas estão ligando, e teria tido uma informação de que a Prefeitura não saberia onde está o projeto para organizar a sanção. Eu não acredito que a Prefeitura perderia um projeto dentro da própria Prefeitura.

**O Sr. Kevin Krieger:** Sem dúvida que não. Mas eu vou entrar em contato agora com o Vice-Prefeito, a gente tem uma reunião daqui a pouco com ele, e eu lhe dou o retorno. Está bem?

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Combinado. Nós temos certeza que esta lei é um presente para a cidade de Porto Alegre. Então, quanto antes seja feita a sanção, um espaço público, junto com os artistas, junto com a Cidade, nós sabemos que a Cidade avança, que a cultura e a arte estarão sendo respeitadas e que, sobretudo, a nossa

população terá a oportunidade de usufruir atividades artísticas no meio das ruas, no meio das praças, no meio dos parques para garantir que cada vez mais pessoas, que muitas vezes não têm recursos para ir ao cinema, ao teatro, ao show, possam ser interrompidas no seu cotidiano pela beleza da arte, pela beleza do teatro, da música, das artes plásticas, do malabarismo e de toda forma de expressão artística das belas artes que foram construídas pela humanidade. Muito obrigada pela atenção de todos.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Obrigado, Vereadora. O Ver. Mario Manfro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. A Ver<sup>a</sup>. Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

Passamos à

## **PAUTA**

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa) Ausente.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h12min.)